



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

PAUTA DA 25ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**28/06/2023
QUARTA-FEIRA
às 09 horas**

Presidente: Senador Confúcio Moura

Vice-Presidente: Senadora Augusta Brito



Comissão de Serviços de Infraestrutura

**25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

quarta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 40/2023 - Não Terminativo -	SENADOR WELLINGTON FAGUNDES	7
2	MSF 41/2023 - Não Terminativo -	SENADOR MARCELO CASTRO	43
3	MSF 42/2023 - Não Terminativo -	SENADOR VENEZIANO VITAL DO RÊGO	75
4	MSF 39/2023 - Não Terminativo -	SENADORA AUGUSTA BRITO	120

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito

(23 titulares e 23 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar Democracia(UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)

Jayme Campos(UNIÃO)(2)	MT 3303-2390 / 2384 / 2394	1 Efraim Filho(UNIÃO)(2)	PB 3303-5934 / 5931
Soraya Thronicke(UNIÃO)(2)	MS 3303-1775	2 Alan Rick(UNIÃO)(2)(5)(10)	AC 3303-6333
Rodrigo Cunha(PODEMOS)(2)	AL 3303-6083	3 Jader Barbalho(MDB)(2)(6)(5)(10)	PA 3303-9831 / 9827 / 9832
Eduardo Braga(MDB)(2)	AM 3303-6230	4 Fernando Farias(MDB)(2)(5)(10)	AL 3303-6266 / 6293
Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(2)	PB 3303-2252 / 2481	5 Marcelo Castro(MDB)(2)(10)	PI 3303-6130 / 4078
Confúcio Moura(MDB)(2)	RO 3303-2470 / 2163	6 Oriovisto Guimarães(PODEMOS)(2)(10)	PR 3303-1635
Carlos Viana(PODEMOS)(2)	MG 3303-3100	7 Cid Gomes(PDT)(2)(10)	CE 3303-6460 / 6399
Weverton(PDT)(2)	MA 3303-4161 / 1655	8 Alessandro Vieira(MDB)(2)(10)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Izalci Lucas(PSDB)(2)	DF 3303-6049 / 6050	9 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)(10)	AP 3303-6777 / 6568 / 1963 / 1964

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(REDE, PT, PSB, PSD)

Daniella Ribeiro(PSD)(4)	PB 3303-6788 / 6790	1 Irajá(PSD)(4)	TO 3303-6469
Vanderlan Cardoso(PSD)(4)	GO 3303-2092 / 2099	2 VAGO(4)(11)	
Lucas Barreto(PSD)(4)	AP 3303-4851	3 Margareth Buzetti(PSD)(4)	MT 3303-6408
Otto Alencar(PSD)(4)(8)	BA 3303-1464 / 1467	4 Omar Aziz(PSD)(4)	AM 3303-6579 / 6581
Augusta Brito(PT)(4)	CE 3303-5940	5 Humberto Costa(PT)(4)	PE 3303-6285 / 6286
Teresa Leitão(PT)(4)	PE 3303-2423	6 Rogério Carvalho(PT)(4)	SE 3303-2201 / 2203
Beto Faro(PT)(4)	PA 3303-5220	7 Fabiano Contarato(PT)(4)	ES 3303-9054 / 6743
Chico Rodrigues(PSB)(4)	RR 3303-2281	8 Jorge Kajuru(PSB)(4)	GO 3303-2844 / 2031

Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)

Wellington Fagundes(PL)(1)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6213 / 3775	1 Jaime Bagattoli(PL)(1)	RO 3303-2714
Wilder Morais(PL)(1)	GO 3303-6440	2 Jorge Seif(PL)(1)	SC 3303-3784 / 3807
Eduardo Gomes(PL)(1)	TO 3303-6349 / 6352	3 Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)	SP 3303-1177 / 1797

Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)

Tereza Cristina(PP)(1)	MS 3303-2431	1 Laércio Oliveira(PP)(1)	SE 3303-1763 / 1764
Luis Carlos Heinze(PP)(1)	RS 3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132	2 Esperidião Amin(PP)(1)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454
Cleitinho(REPUBLICANOS)(1)	MG 3303-3811	3 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (3) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- (4) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (5) Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (6) Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- (7) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- (8) Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- (9) Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).
- (10) Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
- (11) Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): THALES ROBERTO FURTADO MORAIS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4607
FAX: 61 3303-3286

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-4607
E-MAIL: ci@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 28 de junho de 2023
(quarta-feira)
às 09h

PAUTA

25ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Retificações:

1. Tipo de reunião (deliberativa) (27/06/2023 09:17)
2. Reunião semipresencial (27/06/2023 09:34)
3. Inclusão de relatórios (27/06/2023 12:24)
4. Inclusão MSF nº 39/2023 (27/06/2023 17:45)
5. Inclusão de relatórios (28/06/2023 08:23)
6. Altera status relatórios (28/06/2023 08:52)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 40, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 41, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à leitura do relatório

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2023****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO GUIDI, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

1

Minuta

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 40, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.*

Relator: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) a Mensagem (SF) nº 40, de 2023, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e com os arts. 88 e 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O DNIT, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre. Segundo os arts. 88 e 88-A desta lei, os membros da Diretoria do DNIT serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transporte, aprovados, individual e previamente, pelo Senado Federal e, por fim, nomeados pela Presidência da República, nos termos do disposto no art. 52, III, *f*, da Constituição Federal.

Além disso a lei de criação do DNIT estabelece que o ocupante de cargo de Diretor da instituição deva ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da autarquia e elevado conceito no campo de sua especialidade.

Em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre indicações desta natureza.

Em conformidade com o art. 383 do RISF, a CI deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas pelo Executivo sobre o candidato.

Consta da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, *a*, e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades”.

O indicado é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Civil, pela Universidade Católica do Salvador, em 2004, e também em Tecnólogo em Processamento de Dados, pelo Centro Universitário do Estado do Pará, em 1999. Além dos cursos de graduação já mencionados, sua formação acadêmica também registra o Mestrado em Estruturas e Construção Civil, pela, Universidade de Brasília, em 2007.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata também a experiência profissional do Sr. FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, que passo a descrever.

O início de sua atuação profissional se deu na área de sua primeira formação no campo de Tecnologia da Informação, onde atuou como celetista trabalhando no Instituto de Qualificação Profissional e na Libnet Comunicação Interativa, no período de 1998 até 2004, quando graduou-se em engenharia civil.

A partir de 2004, passa a atuar como engenheiro civil, celetista nas empresas Frema Engenharia e WE Construções e Empreendimentos Ltda, até que em 2009, mediante concurso público, torna-se Analista de Infraestrutura e Transportes, lotado no DNIT.

A partir de 2009 passa então a desenvolver notável carreira profissional no DNIT, tendo ocupado as funções de Coordenador de Obras e Construção, Coordenador Geral de Construção Rodoviária, Coordenador Geral de Manutenção Rodoviária, Coordenador de Planejamento, e Coordenador Geral de Modernização e Gestão Estratégica.

A Mensagem (SF) nº 40, de 2023, é acompanhada, além do currículo do indicado, da sua argumentação escrita em defesa de sua indicação, e das certidões negativas e declarações de conformidade de praxe em respeito ao art. 383, inciso I, alíneas *a*, *b* e *c*, do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina a escolha de autoridades por esta Casa, de modo a atestar que:

- não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;
- não detém nenhuma participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;
- não possui pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital;
- não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial; e
- exerceu, nos últimos cinco anos as funções públicas de coordenador supramencionadas.

Na sua argumentação escrita o indicado defende implementar as políticas e programas relativos ao modo rodoviário, contribuindo para o crescimento, manutenção e segurança das rodovias de forma a garantir um modelo econômico e sustentável. Argumenta que o DNIT tem que enfrentar um novo desafio de manter e recuperar as rodovias além de garantir o crescimento dos investimentos em obras de implantação, adequação, duplicação e eliminação de pontos críticos, e também de resolver conflitos urbanos através de contornos e travessias rodoviárias, trazendo neste ponto desafios como desapropriações e condicionantes ambientais.

O indicado pormenoriza ainda que foi um dos responsáveis pela implementação de programas importantes como o PROARTE – Programa de

Manutenção e Restauração de Obras de Arte Especiais (Pontes e Viadutos) –, reformulação do Programa CREMA, que são contratos otimizados para restauração e manutenção de rodovias utilizando catálogos de soluções e manutenção por critérios de desempenho, implementação dos contratos de conservação rodoviária por desempenho, criação e implementação do Índice de Condição da Manutenção ICM, que é forma utilizada pelo DNIT para medir do desempenho da manutenção rodoviária, além dos relatórios gerencias de acompanhamento denominados de Atlas Rodoviários.

Por fim, o indicado destaca que após a bagagem adquirida nas Diretorias de Infraestrutura Rodoviária e de Planejamento e Pesquisa atuou na Diretoria Executiva onde coordenou: as ações de diversos programas de destaque na autarquia, entre eles o Programa de Gestão de Desempenho (PGD), que foi de suma importância principalmente no período da pandemia para regular a forma de medir o desempenho dos servidores em teletrabalho; a construção do manual de gestão e fiscalização; e o desenvolvimento do Painel de Estudos de Remanejamento, Investimentos e Custeios Aplicados (ERICA), que traz uma visão integrada do planejamento e aplicação dos recursos da autarquia através de cenários de remanejamento otimizados proporcionando uma visão holística do orçamento público para os gestores de cada diretoria.

Diante do todo exposto, entendo que os Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, constante da Mensagem (SF) nº 40, de 2023, da Presidência da República (nº 281, na origem), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea f, combinado com os arts. 88 e 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

04/03/2023, 10:27

Currículo Lattes

**Fabio Pessoa da Silva Nunes**Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/6260158684801269>

Última atualização do currículo em 04/03/2023

Resumo informado pelo autor

Possui graduação em Tecnólogo em Processamento de Dados pelo Centro Universitário do Estado do Pará (1999) e graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (2004). Mestrado em Estruturas e Construção Civil pela Universidade de Brasília (2007). Tem experiência na área de Engenharia Civil, com ênfase em Infraestrutura de Transportes

(Texto informado pelo autor)


Nome civil

Nome Fabio Pessoa da Silva Nunes

Dados pessoais

	Informações pessoais
Filiação	
Nascimento	Informações pessoais
Carteira de Identidade	Informações pessoais
CPF	Informações pessoais
Endereço residencial	Informações pessoais
Endereço profissional	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes SAN Q.03 Bl. A - Ed.Núcleo dos Transportes Guará - Brasília 70040902, DF - Brasil Telefone: 061 33158336
Endereço eletrônico	E-mail para contato :Informações pessoais E-mail alternativo fabio.nunes@dnit.gov.br
Título de Eleitor	Informações pessoais
Nacionalidade	Brasileiro
Naturalidade	Informações pessoais
Residência nos últimos 10 anos	Brasília

Formação acadêmica/titulação

2005 - 2007	Mestrado em Estruturas e Construção Civil. Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil Título: PROGRAMA DE INTERFACE DE PRÉ E PÓS PROCESSAMENTO E LINK COM EXECUTÁVEL PARA ANÁLISE DE INSTABILIDADE DE TUBULAÇÕES, Ano de obtenção: 2007 Orientador: LUCIANO MENDES BEZERRA  Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
2001 - 2004	Graduação em Engenharia Civil. Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Salvador, Brasil
1997 - 1999	Graduação em Tecnólogo em Processamento de Dados. Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belem, Brasil Título: Sistema de Controle de Consumo Baseado em Análise Estruturada Orientador: Marcus Vinicius

Formação complementar

2012 - 2012	Curso de curta duração em STRAP CONCRETO - Março 2012. (Carga horária: 24h). SAE - Sistemas de Análise Estrutural Ltda., SAE, Brasil
2010 - 2010	Curso de curta duração em Hidrologia e Drenagem. (Carga horária: 40h). Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT, Brasília, Brasil
2004 - 2004	Curso de curta duração em Curso de Atualização sobre a Norma NBR-6118/2003. (Carga horária: 20h). Instituto Brasileiro do Concreto, IBRACON, São Paulo, Brasil
2003 - 2003	Curso de curta duração em Eberick 2000. Alto Qi, ALTO QI, Brasil
1999 - 1999	Curso de curta duração em Base de Dados em Delphi. Universidade da Amazônia, UNAMA, Belem, Brasil
1999 - 1999	Curso de curta duração em Delphi 5. Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belem, Brasil
1998 - 1998	Curso de curta duração em AutoCad R-14. (Carga horária: 20h). Universidade da Amazônia, UNAMA, Belem, Brasil
1998 - 1998	Curso de curta duração em Administração de Sistemas e Servidor Linux. Conectiva Linux, CL, Brasil
1998 - 1998	Curso de curta duração em Durabilidade das Estruturas de Concreto. (Carga horária: 12h). Universidade da Amazônia, UNAMA, Belem, Brasil
1998 - 1998	Curso de curta duração em Icon Author. Centro Universitário do Estado do Pará, CFSI/PA, Belem, Brasil

04/03/2023, 10:27

Currículo Lattes

1998 - 1998 Curso de curta duração em Acess.
Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belém, Brasil

Atuação profissional

1. Este Reestrutura Ltda. - ESTE

Vínculo institucional

2008 - 2009 Vínculo: Empregado , Enquadramento funcional: Gerente de Contratos , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Gerente de Contratos Análise e Confeção de Projetos de Recuperação de Obras-de-arte;
Acompanhamento de Obras de Recuperação; Análise Financeira e Planejamento, Coordenação de equipe.

2. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Vínculo institucional

2023 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador Geral de Construção Rodoviária , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

2020 - 2022 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador Geral de Moder. e Gestão Estrateg. , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

2020 - 2020 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador de Planejamento , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

2015 - 2019 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador Geral de Manutenção Rodoviária , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

2014 - 2015 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador Geral de Construção Rodoviária , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

2012 - 2014 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador de Obras e Construção , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

2009 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Analista de Infraestrutura de Transportes , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Análise de Projetos de Obras-de-Arte: Verificação de cálculo, dimensionamento, detalhamento e formas para Obras-de-arte; Análise de Orçamentos de Obras-de-arte(SICRO); Verificação de Quantitativos de Obras-de-arte e adequações de projetos Básicos para Executivos; Acessoria Técnica na análise da documentação e instrução de processos voltados à celebração de convênios e contratos para execução de Obras-de-arte de construção, a cargo da Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária/DNIT; Acessoria Técnica no acompanhamento e fiscalização da execução de Obras-de-arte a cargo da Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária/DNIT;

2006 - 2008 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Engenheiro Pleno , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Análise de Projetos de Obras-de-Arte: Verificação de cálculo, dimensionamento, detalhamento e formas para Obras-de-arte; Análise de Orçamentos de Obras-de-arte(SICRO); Verificação de Quantitativos de Obras-de-arte e adequações de projetos Básicos para Executivos; Acessoria Técnica na análise da documentação e instrução de processos voltados à celebração de convênios e contratos para execução de Obras-de-arte de construção, a cargo da Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária/DNIT; Acessoria Técnica no acompanhamento e fiscalização da execução de Obras-de-arte a cargo da Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária/DNIT;

3. WE Construções e Empreendimentos Ltda - WE CONSTRUÇÕES

Vínculo institucional

2004 - 2005 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Engenheiro Civil , Carga horária: 40, Regime: Integral

4. Frema Engenharia - FREMA

Vínculo institucional

2002 - 2004 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Estagio de Engenharia , Carga horária: 30, Regime: Parcial

5. Libnet Comunicação Interativa - LIBNET

Vínculo institucional

1998 - 2001 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Analista de Suporte , Carga horária: 40, Regime: Integral

6. INSTITUTO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - IQUALI

Vínculo institucional

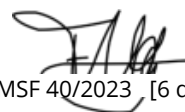
2016 - 2016 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Ministrei a disciplina de Protejo de Obras de Arte Especiais

7. Ministério dos Transportes - DF - MT

Vínculo institucional

2022 - 2022 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Diretor de Plan, Gestão e Projetos Especiais , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

8. Centro de Estudos Superiores Planalto - IESPLAN



04/03/2023, 10:27

Currículo Lattes

Vínculo institucional

2011 - 2013 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor das disciplinas de Análise Estrutural I, Concreto I e Pontes

9. Concremat Tecnologia - CMAT

Vínculo institucional

2009 - 2009 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Coordenador de Projeto , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Engenheiro Estrutural de Obras de Recuperação, Reabilitação e Alargamento de Obras-de-Artes Especiais

Áreas de atuação

1. Estruturas
2. Métodos Numéricos
3. Matemática da Computação
4. Metodologia e Técnicas da Computação

Idiomas

Inglês Compreende Bem , Fala Razoavelmente , Escreve Razoavelmente , Lê Bem
Espanhol Compreende Razoavelmente , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Razoavelmente

Prêmios e títulos

- 2022** Medalha do Mérito Mauá, Ministério da Infraestrutura
2017 Medalha Exército Brasileiro, Exército Brasileiro

Produção**Produção bibliográfica****Artigos completos publicados em periódicos**

1. **Iviane Cunha e Santos; NUNES, F. P. S.; VERLY, R. C.**
Avaliação de projeto de pontes baseada em dados experimentais. Revista Portuguesa de Engenharia de Estruturas , v.III, p.17 - 17, 2017.
2. **Iviane Cunha e Santos; NUNES, F. P. S.; SANTOS, T. A. C. E.**
Retro-Analysis of Rehabilitation of Existing Bridge over the River Cubiculo on Federal Highway BR-101. Journal of Mechanics Engineering and Automation , v.v: 6, p.p. 01 - , 2016.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. **Iviane Cunha e Santos; NUNES, F. P. S.; VERLY, R. C.**
Análise Numérica da Recuperação de Pontes Baseados em Dados Experimentais In: Electronic proceedings of the XII International Conference on Structural Repair and Rehabilitation (CINPAR 2016), 2016, Porto.
Electronic proceedings of the XII International Conference on Structural Repair and Rehabilitation (CINPAR 2016) , 2016.
2. **Iviane Cunha e Santos; NUNES, F. P. S.; SANTOS, T. A. C. E.**
RETROANÁLISE DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO CUBICULO NA BR-101/SC In: XXXVII Iberian Latin American Congress on Computational Methods in Engineering, 2016, Brasília.
XXXVII Iberian Latin American Congress on Computational Methods in Engineering , 2016.
3. **Iviane Cunha e Santos; NUNES, F. P. S.**
Avaliação da segurança de projetos de pontes rodoviárias avaliando as modificações no coeficiente de impacto da norma brasileira ABNT NBR 7188: 2013 carga móvel rodoviária e de pedestres em pontes, viadutos, passarelas e outras estruturas In: 4º Congresso Nacional sobre Segurança e Conservação de Pontes (ASCP2015), 2015, Lisboa.
Concepção, Conservação e Reabilitação de Pontes. Lisboa: Associação Portuguesa para a Segurança e Conservação de Pontes, 2015. v.Único. p.69 - 70
4. **Iviane Cunha e Santos; NUNES, F. P. S.**
Viaduct Araranguá - The Alternative Design of Viaduct of 1661.59 meters in the BR-101/SC Brazil In: Multi-Span Large Bridges Conference, 2015, Porto.
Multi-Span Large Bridges. THE NETHERLANDS: CRC PRESS BALKEMA, 2015. v.Único. p.179 - 180
5. **Iviane Cunha e Santos; BRITO, M. A. N.; NUNES, F. P. S.**
Análise Numérica de Pontes no Estado da Bahia - BR101 In: 2º Congresso Nacional sobre Segurança e Conservação de Pontes, 2011, Coimbra/PT.
2º Congresso Nacional sobre Segurança e Conservação de Pontes , 2011.
6. **NUNES, F. P. S.; Iviane Cunha e Santos; SILVA, W. A.; BRITO, M. A. N.**
ANÁLISE, MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DE PATOLOGIAS DE 33 OBRAS-DE-ARTES NAS BR-101/BA E BR-242/BA In: III Congresso Brasileiro de Pontes e Estruturas, 2010, Rio de Janeiro.
III Congresso Brasileiro de Pontes e Estruturas , 2010.
7. **NUNES, F. P. S.; BRITO, M. A. N.; SILVA, W. A.; Iviane Cunha e Santos**
PROPOSTA DE METODOLOGIA DE INSPEÇÃO PARA PROJETO DE RECUPERAÇÃO, REFORÇO, REABILITAÇÃO, ALARGAMENTO E ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DE OBRAS-DE-ARTES ESPECIAIS, CASO PRÁTICO DE 4 PONTES NA BR-101/BA In: III Congresso Brasileiro de Pontes e Estruturas, 2010, Rio de Janeiro.
III Congresso Brasileiro de Pontes e Estruturas , 2010.
8. **NUNES, F. P. S.; Iviane Cunha e Santos; SILVA, W. A.; BRITO, M. A. N.**
UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIA ESTATÍSTICA SIMPLIFICADA NA ANÁLISE DE ESTABILIDADE DE GRANDES ESTRUTURAS DE CONCRETO CONSIDERANDO O EFEITO DINÂMICO DE SISMOS NAS



04/03/2023, 10:27

Currículo Lattes

BARRAGENS In: III Congresso Brasileiro de Pontes e Estruturas, 2010, Rio de Janeiro.
III Congresso Brasileiro de Pontes e Estruturas. , 2010.

9. 🏠 NUNES, F. P. S.; Luciano Mendes Bezerra; SILVA
Interface Gráfica em C++ para Geração de Malhas e Modelagem de Dados In: Congresso Ibero Latino Americano de Métodos Computacionais em Engenharia, 2007, Porto.
Anais do XXVIII - CILAMCE-2007 em CD. Porto: APMTAC, 2007. v.CD-1. p.1 - 17
10. 🏠 Luciano Mendes Bezerra; NUNES, F. P. S.
UMA SOLUÇÃO FECHADA PARA A DETERMINAÇÃO APROXIMADA DA CARGA DE COLAPSO DE COMPRESSÃO DE OLEODUTOS SUBMARINOS PRESSURIZADAS PARA TRANSPORTE DE PETRÓLEO In: Jornadas Sulamericanas de Engenharia Estrutura, 2006, Campinas.
Anais das XXXII Jornadas Sulamericanas de Engenharia Estrutural. , 2006.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. Iviane Cunha e Santos; NUNES, F. P. S.
Viaduct Araranguá - The Alternative Design of Viaduct of 1661.59 meters in the BR-101/SC Brazil In: Doctoral Congress In Engineering, 2015, Porto.
DCE'S 2015 | Doctoral Congress in Engineering - Booklet. , 2015.

Produção técnica

Programa de computador sem registro

1. 🏠 NUNES, F. P. S.; Luciano Mendes Bezerra
Interface Gráfica em C++, 2007
2. 🏠 NUNES, F. P. S.
Sistema de Controle de Consumo, 1999

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. GEOVANE MIGUEL LIMA CERUTTI. INSPEÇÃO DE PONTES RODOVIÁRIAS EMBASADO NA NORMA DO DNIT ESTUDO DE CASO DO VIADUTO AYRTON SENNA – BRASÍLIA/DF. 2013. Curso (Engenharia Civil) - Centro de Estudos Superiores Planalto

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 04/03/2023 às 10:25:40.



18/05/2023, 14:58

Certidões Negativas da 1ª Região

[Imprimir](#)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

28786849/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

FABIO PESSOA DA SILVA NUNES

OU

CPF n. [Informações pessoais](#)

Certidão emitida em 18/05/2023, às 14:58:27 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser

18/05/2023, 14:58

Certidões Negativas da 1ª Região

conferida pelo interessado e destinatário;

- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 18/05/2023, às 07:25:23;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 18/05/2023, às 07:25:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 28786849

Código de Validação: BC7C 6839 ED62 B18A 1D16 71F0 B540 3AA3

Data da Atualização: 18/05/2023, às 07:25:23



18/05/2023



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 40, DE 2023

(n° 281/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 281

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 19 de junho de 2023.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 361/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2023, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4348377** e o código CRC **F1307053** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

No comando da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária irei implementar as políticas e programas relativos ao modal rodoviário, contribuindo para o crescimento, manutenção e segurança das rodovias de forma a garantir um modelo econômico e sustentável.

Ao longo dos últimos anos os baixos investimentos em infraestrutura rodoviária levaram a uma degradação expressiva da malha rodoviária que culminou na necessidade da retomada muito forte nos investimentos principalmente da manutenção, a PEC da Transição que trouxe um incremento de cerca de 400% no investimento juntamente com a mudança de governo geraram a oportunidade ao DNIT de retomar os investimentos e garantir além do escoamento da safra maior segurança aos usuários da malha rodoviária

O DNIT agora tem que enfrentar um novo desafio de manter e recuperar as rodovias além de garantir o crescimento dos investimentos em obras de implantação, adequação, duplicação e eliminação de pontos críticos além de resolver conflitos urbanos através de contornos e travessias rodoviárias, trazendo neste ponto desafios como desapropriações e condicionantes ambientais.

Contextualizando o desafio a ser enfrentado pela Diretoria Rodoviária na virada no ano o DNIT apresentava uma malha com 48% classificada com regular, ruim ou péssima, sendo este o maior percentual já registrado e quase superando os 52% classificados como ótimo, mas não adianta apenas o recurso necessário para a manutenção e construção de rodovias, mas trabalhar fortemente na gestão e planejamento desses recursos, para que os mesmos possam ser utilizados da melhor forma a ao bem do serviço público e esse é o principal papel da Diretoria, além de proporcionar uma relação harmônica e integrada da aplicação dos mesmos juntamente com as Superintendências do DNIT em todos os estados da federação

Visto isso, a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária do DNIT necessita de um Diretor que detenha conhecimento e experiência nas diversas áreas da infraestrutura rodoviária, que conheça o DNIT, sua estrutura e seus problemas, para que seja capaz de conduzir as ações com o objetivo de garantir a manutenção e ampliação da nossa infraestrutura rodoviária.

O período que atuei como Coordenador Geral de Construção Rodoviária, sendo um dos responsáveis pela implantação dos primeiros contratos de contratação integrada com utilização de matriz de risco, onde foi possível pela primeira vez a contratação conjunta do desenvolvimento de projetos básicos e executivos e obras, e como Coordenador Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária onde fui um dos responsáveis pela implementação de programas importantes como o PROARTE Programa de Manutenção e Restauração de Obras de Arte Especiais (Pontes e Viadutos), reformulação do Programa CREMA que são contratos otimizados para restauração e manutenção de rodovias utilizando catálogos de soluções e manutenção por critérios de desempenho, implementação dos contratos de conservação rodoviária por desempenho, criação e implementação do Índice de Condição da Manutenção ICM que é forma utilizada pelo DNIT para medir do desempenho da manutenção rodoviária, além dos relatórios gerenciais de acompanhamento denominados de Atlas Rodoviários.

Além da passagem sólida pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária atuei também na Diretoria de Planejamento e Pesquisa onde contribui na aprovação de projetos de restauração rodoviária nos estados do Ceará na BR-122/CE e na Paraíba na BR230/PB e adicionalmente nas ações de



Planejamento ajudando na formatação do caderno de empreendimentos junto a Coordenação de Planejamento.

Após a bagagem adquirida nas Diretorias de Infraestrutura Rodoviária e de Planejamento e Pesquisa atuei na Diretoria Executiva onde foi coordenei as ações de diversos programas de destaque na autarquia, entre eles o Programa de Gestão de Desempenho (PGD) que foi de suma importância principalmente no período da pandemia para regular a forma de medir o desempenho dos servidores em teletrabalho, adicionalmente a construção do manual de gestão e fiscalização onde proporciona aos servidores, colaboradores e prestadores de serviço diretrizes e orientações de como tratar as relações contratuais através dos seus gestores e fiscais, outro ponto importante foi o redimensionamento do planejamento estratégico do DNIT com definições claras dos seus eixos, objetivos e metas e por fim, como projeto de destaque, o desenvolvimento do Painel de Estudos de Remanejamento, Investimentos e Custeios Aplicados (ERICA) que traz uma visão integrada do planejamento e aplicação dos recursos da autarquia através de cenários de remanejamento otimizados proporcionando uma visão holística do orçamento público para os gestores de cada diretoria.

E pioneiro na criação do Comitê de Riscos Corporativos além de ser o primeiro presidente deste mesmo comitê.

Essas experiências de atuação no setor público, somadas as experiências no setor privado, me conferem a experiência e aptidão desejada para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Brasília, 15 de Junho de 2023.


FABIO PESSOA DA SILVA NUNES
CPF 514.591.402-49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FABIO PESSOA DA SILVA NUNES

CPF: *Informações pessoais*

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:50:51 do dia 18/03/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/09/2023.

Código de controle da certidão: **A885.1BE1.E905.2CA2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 161046019422023
NOME: FABIO PESSOA DA SILVA NUNES
ENDEREÇO: Informações pessoais
CIDADE: Informações pessoais
CPF: Informações pessoais
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 16 de agosto de 2023. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 18/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FABIO PESSOA DA SILVA NUNES

Informações pessoais

(

Informações pessoais

)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.8UCQ.0L7G.G5L2.ZRQJ.DJIA**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 18/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FABIO PESSOA DA SILVA NUNES

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.9CD1.3BV1.U5JC.5XXJ.72HV**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (22/03/2023 às 11:55) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº Informações pessoais.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 641B.16D8.B97A.A920 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 18/060366912023
NOME: FÁBIO PESSOA DA SILVA NUNES
ENDEREÇO: Informações pessoais
CIDADE: Informações pessoais
CPF: Informações pessoais
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 13 de setembro de 2023. ***

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **FABIO PESSOA DA SILVA NUNES**

Inscrição: **Informações pessoais**

Zona: **Informações pessoais**

Seção: **Informações pessoais**

Município: **Informações pessoais**

UF: DF

Data de nascimento: **Informações pessoais**

Domicílio desde: 23/07/2009

Filiação: - **Informações pessoais**

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): ENGENHEIRO

Certidão emitida às 15:15 em 26/05/2023

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

U9TG.HRLX.188P.1E3S


TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 26/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FABIO PESSOA DA SILVA NUNES

Informações pessoais,

 (**Informações pessoais**)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juiz ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 171/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança Impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 26/05/2023

Selo digital de segurança: 2023.CTD.4API.5XL1.5J24.DTBI.RYMN

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)**1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 26/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FABIO PESSOA DA SILVA NUNES

Informações pessoais,

(**Informações pessoais****OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao Juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 26/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.YRK5.W2UR.FF5T.Z9L3.6DB7**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

29311579/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

FABIO PESSOA DA SILVA NUNES

OU

CPF n. Informações pessoais

Certidão emitida em 15/06/2023, às 11:03:03 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Distrito Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Distrito Federal (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 15/06/2023, às 05:11:39.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 29311579

Código de Validação: DBB8 CE43 FB30 1164 8FE0 7674 22A9 1E87

Data da Atualização: 15/06/2023, às 05:11:39




15/06/2023

Declaração vedação ao nepotismo – Art. 383, I, b, 1.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, Fábio Pessoa da Silva Nunes, declaro que não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, em cumprimento ao item 1 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 18 de Maio de 2023.



Fábio Pessoa da Silva Nunes
CPF Informações pessoais

Declaração participação societária-Art. 383, I, b, 2.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, Fábio Pessoa da Silva Nunes, declaro que não detenho nenhuma participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em cumprimento ao item 2 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 18 de Maio de 2023.



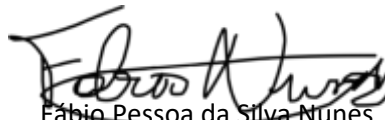
Fábio Pessoa da Silva Nunes
CPF Informações pessoais

Declaração regularidade fiscal-Art. 383, b, 3.

DECLARAÇÃO

Eu, Fábio Pessoa da Silva Nunes, brasileiro, natural de Informações pessoais, portador da Carteira de Identidade de nº Informações pessoais, expedida pela Informações pess e inscrito no CPF sob o nº Informações pessoais, DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 3 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não possuo pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital, conforme documentação em anexo.

Brasília, 18 de Maio de 2023.



Fábio Pessoa da Silva Nunes
CPF Informações pessoais

Declaração ações judiciais-Art. 383, b, 4.

DECLARAÇÃO

Eu, Fábio Pessoa da Silva Nunes, brasileiro, natural de Informações pessoais, portador da Carteira de Identidade de nº Informações pessoais, expedida pela Informações pessoais e inscrito no CPF sob o nº Informações pessoais, DECLARO, para fins do disposto no artigo 383, I, "b", 4, do Regimento Interno do Senado Federal, que não figuro como autor ou réu em nenhuma ação judicial.

Brasília, 18 de Maio de 2023.

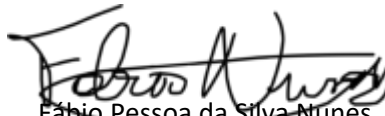

Fábio Pessoa da Silva Nunes
CPF Informações pessoais

Declaração cargos-Art. 383, b, 5.

DECLARAÇÃO

Eu, Fábio Pessoa da Silva Nunes, brasileiro, natural de Informações pessoais, portador da Carteira de Identidade de nº Informações pessoais, expedida pela Informações pess e inscrito no CPF sob o nº Informações pessoais, DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 5 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que, nos últimos 05 anos, exerci as seguintes funções descritas abaixo:

Brasília, 18 de Maio de 2023.


Fábio Pessoa da Silva Nunes
CPF Informações pessoais

Aruanã Pereira Marques

De: Fábio Pessoa da Silva Nunes <fabio.nunes@dnit.gov.br>
Enviado em: quarta-feira, 14 de junho de 2023 20:06
Para: ASSAD MT
Assunto: RES: Indicação para Diretoria do DNIT
Anexos: Anexo II - FORMULÁRIO CADASTRO.pdf; Anexo III - Modelo declarações_.pdf; Anexo IV - Termo de Autorização de Tratamento de Dados.pdf; certidao (2).pdf; certidao (3).pdf; certidao (4).pdf; Certidão de Divida Ativa GDF.pdf; certidao.pdf; Certidao-51459140249.pdf; Certidões Negativas da 1ª Região.pdf; Currículo Fábio atualizado.pdf

Argumentação escrita: Possui graduação em Tecnólogo em Processamento de Dados pelo Centro Universitário do Estado do Pará (1999) e graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (2004). Mestrado em Estruturas e Construção Civil pela Universidade de Brasília (2007). Tem experiência na área de Engenharia Civil, com ênfase em Infraestrutura de Transportes

Funções exercidas nos últimos 5 anos:

2023 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador Geral de Construção Rodoviária , Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva
2020 - 2022 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador Geral de Moder. e Gestão Estrateg , Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva
2020 - 2020 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador de Planejamento , Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva
2015 - 2019 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador Geral de Manutenção Rodoviária , Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva
2014 - 2015 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador Geral de Construção Rodoviária , Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva
2012 - 2014 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Coordenador de Obras e Construção , Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva
2009 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Analista de Infraestrutura de Transportes , Carga horária: 40, Regime: Integral

Outras informações:

Análise de Projetos de Obras-de-Arte; Verificação de cálculo, dimensionamento, detalhamento e formas para Obras-de-arte; Análise de Orçamentos de Obras-de-arte(SICRO); Verificação de Quantitativos de Obras-de-arte e adequações de projetos Básicos para Executivos; Acessoria Técnica na análise da documentação e instrução de processos voltados à celebração de convênios e contratos para execução de Obras-de-arte de construção, a cargo da Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária/DNIT; Acessoria Técnica no acompanhamento



De: ASSAD MT <assad@transportes.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 30 de maio de 2023 11:06
Para: Fábio Pessoa da Silva Nunes <fabio.nunes@dnit.gov.br>
Cc: Alan Antunes Vieira Macabeu <alan.macabeu@transportes.gov.br>; Eduardo Rocha Praça



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
Gabinete do Ministro

Este cadastro deve ser assinado e com rubrica em todas as páginas, escaneado em arquivo único juntamente com a documentação comprobatória das qualificações informadas nos itens 14 e 16.

CADASTRO DE INDICAÇÃO CONSELHO DIRETOR OU DA DIRETORIA COLEGIADA

Conformidade com o disposto no § 2º do art. 8º do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, com o Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, bem como com o constante da alínea a) do inciso I e, cumulativamente, o inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000.

Verificação dos requisitos e vedações legais exigidos para indicação para composição de lista de substituição do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das Agências reguladoras.

A. DADOS GERAIS

1. Nome completo: Fábio Pessoa da Silva Nunes		
2. CPF: <i>Informações pessoais</i>	3. Data Nascimento: <i>Informações pessoais</i>	4. Sexo: (<input checked="" type="checkbox"/>) M (<input type="checkbox"/>) F
5. Cargo efetivo: Analista de Infraestrutura de Transportes		
6. Função comissionada: Diretor de Infraestrutura Rodoviária		7. Código da função: <i>Informações pessoais</i>
8. Telefone profissional: 61 99645-0270	9. Telefone pessoal: <i>Informações pessoais</i>	
10. E-mail profissional: fabio.nunes@dnit.gov.br		
11. E-mail pessoal: <i>Informações pessoais</i>		
12. Agência à qual foi indicado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes		

B. CRITÉRIOS/REQUISITOS (Incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 9.727/2019, inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000) Necessidade de comprovação documental (itens 14 e 16)

13. possui idoneidade moral e reputação ilibada	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
14. Possui formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação?* (art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.986/2020)	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
*Anexar cópia do diploma de graduação (frente e verso) e/ou cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação	
15. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui: (art. 5º, inciso I, da Lei nº 9.986/2020)* (<input checked="" type="checkbox"/>) 10 (anos) no setor público ou privado, no campo de atividade da agência reguladora ou em área a ela conexas, em função de direção superior (<input type="checkbox"/>) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> - cargo de direção ou de chefia superior em empresa no campo de atividade da agência reguladora, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa; (Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019) - cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público; (Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019) - cargo de docente ou de pesquisador no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; ou (Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019) 	

() 10 (dez) anos de experiência como profissional liberal no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexas

**Apresentar como documentos comprobatórios*

16. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990?

a) é pessoa inalistável ou analfabeto?	() Sim (x) Não
b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura?	() Sim (x) Não
c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito?	() Sim (x) Não
d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() Sim (x) Não
e) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo: 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando	() Sim (x) Não
f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() Sim (x) Não
g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição?	() Sim (x) Não
h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() Sim (x) Não
i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação?	() Sim (x) Não
j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição?	() Sim (x) Não
k) foi Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura?	() Sim (x) Não
l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio	() Sim (x) Não

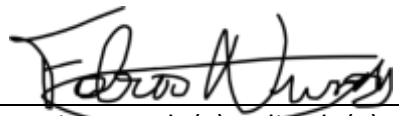
público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena?	
m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário?	() Sim (x) Não
n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude?	() Sim (x) Não
o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário?	() Sim (x) Não
p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão?	() Sim (x) Não
q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() Sim (x) Não

C. VEDAÇÕES (Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, art. 8º-A)

17. é de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal, dirigente estatutário de partido político e titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados dos cargos?*	() Sim (x) Não
18. - atuou nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral?	() Sim (x) Não
19. exerce cargo em organização sindical?	() Sim (x) Não
20. participa direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela agência reguladora em que atuaria, ou que tenha matéria ou ato submetido à apreciação dessa agência reguladora?	() Sim (x) Não
21. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990?	() Sim (x) Não
22. é membro de conselho ou de diretoria de associação, regional ou nacional, representativa de interesses patronais ou trabalhistas ligados às atividades reguladas pela respectiva agência?	() Sim (x) Não
*A vedação prevista no inciso I do caput estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas	

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie.

Brasília, 18 de Maio de 2023
Local e data


Assinatura do(a) Indicado(a)

SEST/ME: atualizado em 10/12/2019.

2

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Mensagem (SF) nº 41, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.*

Relator: Senador **MARCELO CASTRO**

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 41, de 2023 (Mensagem nº 282, de 19 de junho de 2023, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação do FABRÍCIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para ser conduzido ao cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Os diretores do DNIT, cujas nomeações serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da autarquia, além de elevado conceito no campo de suas especialidades, conforme estabelece o art. 88 de sua lei de criação.

Fabrício de Oliveira Galvão, cidadão brasileiro, é graduado em Sistemas de Informação e em Engenharia Civil pela Universidade Potiguar, (Unp) e possui especialização (MBA) em Infraestrutura de Transportes e Rodovias.

Na vida profissional, o indicado possui vinte anos de experiência na área de engenharia e transportes. Destacam-se as funções:

- Secretário Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos da cidade de Extremoz-RN (2009);
- Gerente em empresa privada de engenharia (2010 a 2015);
- Servidor de carreira do DNIT, exercendo diversas funções, inclusive Superintendente Regional de Alagoas (2015-2021);
- Secretário Municipal de Infraestrutura de Maceió (2022) e
- Diretor-Geral substituto do DNIT (2023).

A sua atuação como Secretário de Infraestrutura de Maceió exigiu habilidade na gestão e execução de projetos, em articulação com a sociedade e com os parlamentares do município visando a implementação das ações, tais como as obras de contenção costeira em toda a orla marítima de Maceió, projetos de contenção de encostas e as pavimentações e drenagens da cidade.

Como servidor de carreira do DNIT, atuou como chefe do serviço de construção e como chefe do serviço de manutenção na superintendência de Alagoas. Mas a atuação mais relevante foi como Superintendente Regional no estado, onde contribuiu em diversas obras de pavimentação e duplicação de rodovias, construção de viadutos e na construção do terminal de passageiros do Porto de Maceió. Na sua gestão, as obras de manutenção e recuperação de rodovias levaram o estado ao reconhecimento pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) como a melhor malha do País, por dois anos seguidos.

Em sua argumentação escrita, destaca que as suas experiências de atuação no setor público, somadas às experiências no setor privado, lhe conferem a aptidão desejada para exercer o cargo de Diretor-Geral do DNIT. Neste momento em que o Departamento busca investir maciçamente na reconstrução e recuperação da sua malha viária, bem como nas duplicações e adequações das rodovias, é necessário um Diretor-Geral que detenha conhecimento de gestão e experiência de execução, que conheça o DNIT e seus problemas, para que seja capaz de guiar as ações visando a melhoria da nossa infraestrutura.

Cumpre registrar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas a, b e c do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o § 3º do *caput* do mesmo artigo.

Esses são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pelo Senhor Presidente da República, do Senhor **Fabício de Oliveira Galvão** para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT**Período:** 2015 – 2021**Cargo/Função:** Analista em Infraestrutura de Transportes**Atividades e Trabalhos Realizados:**

- Superintendente Regional do DNIT em Alagoas;
- Assessor do Superintendente Regional do DNIT em Alagoas;
- Chefe do Serviço de Manutenção;
- Chefe do Serviço de Construção.

ATP Engenharia Ltda**Período:** 2010 – 2015**Cargo/Função:** Engenheiro Civil**Atividades e Trabalhos Realizados:**

Sergipe (2011 - 2015)

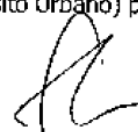
- Gerência Regional da empresa em Sergipe, tendo como destaque:
 - Projeto e supervisão para implantação/restauração de diversas rodovias junto ao DER/SE;
 - Projeto de construção do novo Aeroporto Santa Maria – Aracaju/SE;
 - Projeto e supervisão para implantação/restauração de diversas intervenções junto à Prefeitura Municipal de Aracaju;
 - Projeto de reforma do Aeroporto Luiz Eduardo Magalhães – Salvador/BA;
 - Projeto e supervisão das intervenções de infraestrutura do Programa Sergipe Cidades;
 - Supervisão das intervenções do programa Pró-Moradia;
 - Projeto e supervisão da expansão do Instituto Federal de Sergipe – Coordenação de Equipe.
- Atuação na área Comercial da empresa; Rio Grande do Norte (2010 - 2011)
- Atuação na supervisão da obra de duplicação e adequação da Rodovia BR-101/RN – Lotes 01 e 02;
- Atuação na elaboração dos projetos do CREMA - 2ª Etapa - para as rodovias federais do RN;
- Elaboração de projetos, orçamentos e a supervisão de obras de infraestrutura no Estado do Rio Grande do Norte;
- Assessoria e consultoria ao DER/RN, na gestão do sistema de transporte público intermunicipal.

Prefeitura Municipal de Extremoz/RN**Período:** 2009**Cargo/Função:** Secretário Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos**Atividades e Trabalhos Realizados:**

- Responsável pela gestão do transporte e do trânsito no âmbito do município.

Oficina Engenheiros Consultores**Associados Ltda Período:** 2007 - 2009**Cargo/Função:** Consultor de Transportes**Atividades e Trabalhos Realizados:**

- Participação na elaboração do Plano Diretor de Transportes da Região Metropolitana de Natal;
- Participação na elaboração do Plano Diretor Rodoviário do Estado do RN;
- Participação na elaboração da Rede de Transportes de Parnamirim;
- Participação na elaboração do RITUR (Relatório de Impacto de Trânsito Urbano) para a Arena das Dunas – Copa 2014;
- Coordenação das pesquisas e levantamentos de campo;
- Coordenação das atividades da empresa em Natal/RN.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO**

CPF: **Informações pessoais**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:02:23 do dia 22/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/11/2023.

Código de controle da certidão: **B69F.0DE4.EE08.937F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO**

Inscrição: **Informações pessoais**

Zona: **Informações**

Seção: **Informações pes**

Município: **Informações pessoais**

UF: **Informaçã**

Data de nascimento: **Informações pessoais**

Domicílio desde: **Informações pessoais**

Filiação: **Informações pessoais**

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): **engenheiro**

Certidão emitida às 14:15 em 22/05/2023

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

HFUV.HMJW.SØTX.ULUM

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

Handwritten signature



Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Fazenda
Superintendência da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão fornecida para o CPF: **Informações pessoais**

Nome/Contribuinte: **FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir, até a presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos do contribuinte e refere-se a débitos de natureza tributária e descumprimento de obrigações acessórias.

Certidão emitida gratuitamente com base na Instrução Normativa SEF nº. 27 de 15 de maio de 2017.

Certidão emitida nos termos do art. 78 da Lei nº 6.771/06 e do art. 255 do Decreto nº 25.370/13.

Válida até 21/07/2023

Emitida às 16:22:33 do dia 22/05/2023

Código de controle da certidão: 7FDD-CA7D-4979-4844

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Executiva da Receita Estadual na internet, no endereço: www.sefaz.al.gov.br.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

28861819/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO

OU

CPF n. Informações pessoais

Certidão emitida em 23/05/2023, às 09:41:54 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 22/05/2023, às 07:39:43.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 28861819

Código de Validação: 6809 09AD C2B3 877E 594F ECAC F90F 3E56

Data da Atualização: 22/05/2023, às 07:39:43



23/05/2023



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

28861964/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO

OU

CPF n. Informações pessoais

Certidão emitida em 23/05/2023, às 09:45:47 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 22/05/2023, às 07:39:43.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 28861964

Código de Validação: 6C7C A19E F072 C645 4A6C DC1B E688 2BBC

Data da Atualização: 22/05/2023, às 07:39:43



23/05/2023

**TJDFT**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)**
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 23/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.GY9M.JCPB.V6FL.1CGW.ZO6C**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 23/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.0KGA.FI0Q.3VSD.ZHK5.ZROY**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***


TJDFT

 Poder Judiciário da União
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 23/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO

Informações pessoais

(Informações pessoais)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.MUTQ.PBAM.IKZV.6GIN.I3U1**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 23/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 23/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.D5RD.BUFQ.CJB2.1KT7.0P03**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 173057348212023
NOME: FABRÍCIO DE OLIVEIRA GALVAO
ENDEREÇO: **Informações pessoais**
CIDADE: **Informações pes**
CPF: **Informações pessoais**
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 22 de agosto de 2023. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 24/05/2023 às 11:09:17 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Gabinete do Ministro

Este cadastro deve ser assinado e com rubrica em todas as páginas, escaneado em arquivo único juntamente com a documentação comprobatória das qualificações informadas nos itens 14 e 16.

CADASTRO DE INDICAÇÃO CONSELHO DIRETOR OU DA DIRETORIA COLEGIADA

Conformidade com o disposto no § 2º do art. 8º do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, com o Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, bem como com o constante da alínea a) do inciso I e, cumulativamente, o inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000.

Verificação dos requisitos e vedações legais exigidos para indicação para composição de lista de substituição do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das Agências reguladoras.

A. DADOS GERAIS

1. Nome completo: FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO		
2. CPF: Informações pessoais	3. Data Nascimento: Informações pessoais	4. Sexo: (X) M () F
5. Cargo efetivo: Analista em Infraestrutura de Transportes		
6. Função comissionada: DIRETOR-GERAL	7. Código da função: Informações pessoais	
8. Telefone profissional: 61-3315-4101/4102	9. Telefone pessoal: Informações pessoais	
10. E-mail profissional: fabricio.o.galvao@dnit.gov.br		
11. E-mail pessoal: Informações pessoais		
12. Agência à qual foi indicado: DNIT		

B. CRITÉRIOS/REQUISITOS (Incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 9.727/2019, inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000) Necessidade de comprovação documental (itens 14 e 16)

13. possui idoneidade moral e reputação ilibada	(X) Sim () Não
14. Possui formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação?* (art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.986/2000)	(X) Sim () Não
*Anexar cópia do diploma de graduação (frente e verso) e/ou cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação	
15. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui: (art. 5º, inciso I, da Lei nº 9.986/2000)*	
(X) 10 (anos) no setor público ou privado, no campo de atividade da agência reguladora ou em área a ela conexas, em função de direção superior	
(X) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:	
<ul style="list-style-type: none"> - cargo de direção ou de chefia superior em empresa no campo de atividade da agência reguladora, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa; <u>(Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019)</u> - cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público; <u>(Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019)</u> - cargo de docente ou de pesquisador no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexas; ou <u>(Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019)</u> 	

() 10 (dez) anos de experiência como profissional liberal no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexas

**Apresentar como documentos comprobatórios*

16. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990?

a) é pessoa inalistável ou analfabeto?	() Sim (X) Não
b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura?	() Sim (x) Não
c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito?	() Sim (X) Não
d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() Sim (x) Não
e) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo? 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando	() Sim (x) Não
f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() Sim (X) Não
g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição?	() Sim (X) Não
h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() Sim (x) Não
i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação?	() Sim (x) Não
j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição?	() Sim (x) Não
k) foi Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura?	() Sim (x) Não
l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio	() Sim (x) Não

Página 2 de 3

público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena?	
m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário?	() Sim (x) Não
n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude?	() Sim (x) Não
o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário?	() Sim (x) Não
p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão?	() Sim (x) Não
q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() Sim (x) Não

C. VEDAÇÕES (Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, art. 8º-A)

17. é de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal, dirigente estatutário de partido político e titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados dos cargos?*	() Sim (x) Não
18. - atuou nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral?	() Sim (x) Não
19. exerce cargo em organização sindical?	() Sim (x) Não
20. participa direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela agência reguladora em que atuaria, ou que tenha matéria ou ato submetido à apreciação dessa agência reguladora?	() Sim (x) Não
21. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990?	() Sim (x) Não
22. é membro de conselho ou de diretoria de associação, regional ou nacional, representativa de interesses patronais ou trabalhistas ligados às atividades reguladas pela respectiva agência?	() Sim (x) Não
*A vedação prevista no inciso I do caput estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas	

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie.

Brasília, 05/06/23
Local e data


Assinatura do(a) Indicado(a)

SEST/IAE: atualizado em 10/12/2019.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2023

(n° 282/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 282

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 19 de junho de 2023.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 360/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2023, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4348366** e o código CRC **6964FEED** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 50000.017112/2023-72

SUPER n° 4348366

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

CURRICULUM VITAE

Dados Pessoais

Fabício de Oliveira Galvão

Nascimento: Informações pessoais
Identidade: Informações pessoais
CPF: Informações pessoais
Filiação: Informações pessoais

CREA: Informações pessoais
Endereço: Informações pessoais
Cidade: Informações pessoais
Telefone: Informações pessoais
Email: Informações pessoais

Formação

Pós-Graduação: MBA em Infra-Estrutura de Transportes e Rodovias
Período: 2010 – 2012 (incompleto)
Instituição de Ensino: UNIP – Universidade Paulista

Graduação: Engenharia Civil
Período: 2005 – 2009
Instituição de Ensino: UnP – Universidade Potiguar

Graduação: Sistemas de Informação
Período: 1999 – 2003
Instituição de Ensino: UnP – Universidade Potiguar

Experiência Profissional

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Período: 2023 (atual)
Cargo/Função: Analista em Infraestrutura de Transportes
Atividades e Trabalhos Realizados:

- Diretor Geral Substituto;

Secretaria Municipal de Infraestruturura de Maceió - SEMINFRA
Período: 2022
Cargo/Função: Secretário Municipal de Infraestruturura de Maceió
Atividades e Trabalhos Realizados:

- Secretário Municipal de Infraestruturura;



ATP Engenharia Ltda**Período:** 2003 - 2007**Cargo/Função:** Técnico de Nível Superior**Atividades e Trabalhos Realizados:**

- Atuação na supervisão da obra de duplicação e adequação da Rodovia BR-101/RN - Lote 01;
- Supervisão da construção da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral no RN;
- Apoio à elaboração dos projetos do novo complexo aeroportuário de São Gonçalo do Amarante/RN;
- Supervisão da primeira etapa de construção do novo complexo aeroportuário de São Gonçalo do Amarante/RN;
- Assessoria técnica ao Controle Operacional da Diretoria de Transportes do DER/RN, no que diz respeito a quadro de horários, itinerários, demanda, custos e frota;
- Criação e alteração de mapas com itinerários de linhas do transporte intermunicipal de passageiros do Rio Grande do Norte;
- Assessoria técnica aos estudos e projetos do Pró-Transportes do Rio Grande do Norte;
- Apoio à equipe de topografia no levantamento dos trechos Tibau do Sul – Pipa e Anel Viário de Pipa, situados à RN-003;
- Apoio à elaboração dos projetos de implantação dos trechos Tibau do Sul – Pipa e Anel Viário de Pipa, situados à RN-003.

Maio/2023


Fabricio de Oliveira Galvão

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Soba condução do Diretor Geral, cabe ao DNIT implementar a política de infraestrutura de transportes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. O DNIT é um, se não o maior, executor de obras do país, sendo peça fundamental para a retomada dos investimentos em infraestrutura no Brasil.

Depois de anos de baixos investimentos em infraestrutura, a PEC da Transição e mudança de governo geraram a oportunidade ao DNIT de retomar os investimentos, garantindo a recuperação da malha viária federal, responsável pelo escoamento da produção brasileira e fortalecendo a integração entre os estados da federação.

O DNIT entra em um novo momento, onde busca investir maciçamente na reconstrução e recuperação da sua malha, bem como nas duplicações e adequações das suas rodovias. Já contamos com a execução de mais de 31.000 quilômetros de Estudos de Viabilidade (EVTEA), bem como mais de 4.300 quilômetros de projetos de duplicação ou adequação de rodovias.

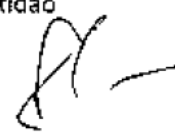
Além desses investimentos, o DNIT já vem buscando recuperar a qualidade da sua malha, que foi deteriorada pela falta de investimento em manutenção. A virada no ano entregou ao DNIT uma malha com 48% classificada com regular, ruim ou péssima. Essa malha federal apresentava inúmeros trechos descobertos por contratos de manutenção e, os contratos existentes eram incapazes de estancar a depreciação da malha, pois 92% dos contratos existentes eram de conservação rotineira, sem quantitativos para serviços relevantes. Para virar o jogo, o DNIT já contratou 24.000 quilômetros de projetos de CREMA e restauração, além de iniciar a recontratação da manutenção com quantitativos de serviços suficientes para mudar a realidade da malha.

Diante desse cenário, a Diretoria Geral do DNIT necessita de um Diretor Geral que detenha conhecimento de gestão e experiência de execução, principalmente na área pública, que conheça o DNIT e seus problemas, para que seja capaz de guiar as ações visando a recuperação da malha e melhoria da nossa infraestrutura. O objetivo será entregar a sociedade vias de melhor qualidade e mais seguras.

O período que atuei como Secretário de Infraestrutura de Maceió exigiu habilidade na gestão e execução de projetos de infraestrutura, bem como nas articulações com a sociedade e com a câmara de vereadores, visando a implementações das ações. Entre os avanços destaco as obras de contenção costeira em toda a orla marítima de Maceió, projetos de contenção de encostas e as pavimentações e drenagem de diversas ruas pela cidade.

Como servidor de carreira do DNIT, são anos de atuação do estado de Alagoas. Já atuei como chefe do serviço de construção e como chefe do serviço de manutenção na superintendência. Mas, minha atuação mais relevante foi como Superintendente Regional do DNIT no estado, onde contribuí em diversas obras de pavimentação e duplicação de rodovias, construção de viadutos e construção do terminal de passageiros do Porto de Maceió. Como destaque, conseguimos avançar muito da manutenção e recuperação da malha federal em Alagoas, o que fez com que o estado fosse reconhecido pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) como a melhor malha do país, por dois anos seguidos.

Essas experiências de atuação no setor público, somadas as experiências no setor privado, toda em empresas de consultoria para a área de infraestrutura, me conferem a experiência e aptidão



desejada para exercer o cargo de Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Brasília, 29 de maio de 2023.



FABRÍCIO DE OLIVEIRA GALVÃO

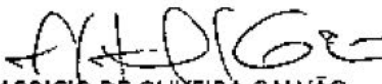
CPF Informações pessoais

Declaração vedação ao nepotismo – Art. 383, I, b, 1.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, declaro que não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, em cumprimento ao item 1 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 29 de maio de 2023.



FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
CPF Informações pessoais

Declaração participação societária-Art. 383, I, b, 2.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, FABRÍCIO DE OLIVEIRA GALVÃO, declaro que não detenho nenhuma participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em cumprimento ao item 2 da alínea "b" do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 29 de maio de 2023.


FABRÍCIO DE OLIVEIRA GALVÃO
CPF Informações pessoais

Declaração regularidade fiscal-Art. 383, b, 3.

DECLARAÇÃO

Eu, FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, brasileiro, natural de ^{Informações pessoais} portador da Carteira de Identidade de nº ^{Informações pessoais}, expedida pela ^{Informações pessoais}, e inscrito no CPF sob o nº ^{Informações pessoais}, DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 3 da alínea "b" do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não possuo pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital, conforme documentação em anexo.

Brasília, 29 de maio de 2023.



FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
CPF ^{Informações pessoais}

Declaração ações judiciais-Art. 383, b, 4.

DECLARAÇÃO

Eu, FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, brasileiro, natural de Informações pessoais, portador da Carteira de Identidade de nº Informações pessoais, expedida pela **Informações pessoais** e inscrito no CPF sob o nº Informações pessoais DECLARO, para fins do disposto no artigo 383, I, "b", 4, do Regimento Interno do Senado Federal, que não figuro como autor ou réu em nenhuma ação judicial.

Brasília, 29 de maio de 2023.


FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
CPF Informações pessoais

Declaração cargos-Art. 383, b, 5.

DECLARAÇÃO

Eu, FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, brasileiro, natural de ^{Informações pessoais} portador da Carteira de Identidade de nº ^{Informações pessoais} expedida pela ^{Informações pessoais} e inscrito no CPF sob o nº ^{Informações pessoais}, DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 5 da alínea "b" do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que, nos últimos 05 anos, exerci as seguintes funções descritas abaixo:

- Secretário Municipal de Infraestrutura de Maceió/AL
- Superintendente Regional do DNIT no Estado de Alagoas

Brasília, 29 de maio de 2023.


FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
CPF ^{Informações pessoais}

	ESTADO DE ALAGOAS	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ	
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS		
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.602.538/23-87		
Contribuinte FABRICIO DE OLIVEIRA GALVAO	CPF/CNPJ Informações pessoais	
Endereço Informações pessoais		
<p>Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao CONTRIBUINTE, acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.</p> <p>MACEIÓ (MCZ), 15 de Junho de 2023</p> <p>Válida até: 13/09/2023</p> <p>Código de autenticidade: 8AD342922E81C6F4</p> <p>A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: http://www.maceio.al.gov.br/semec/.</p> <p>Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão</p>		



3

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Mensagem (SF) nº 42, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.*

Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) a Mensagem (SF) nº 42, de 2023, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e com os arts. 88 e 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O DNIT, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre. Segundo os arts. 88 e 88-A desta lei, os membros da Diretoria do DNIT serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transporte, aprovados, individual e previamente, pelo Senado Federal e, por fim, nomeados pela Presidência da República, nos termos do disposto no art. 52, III, *f*, da Constituição Federal.

Além disso, a lei de criação do DNIT estabelece que o ocupante de cargo de Diretor da instituição deva ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível

com os objetivos, atribuições e competências da autarquia e elevado conceito no campo de sua especialidade.

Em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre indicações desta natureza.

Em conformidade com o art. 383 do RISF, a CI deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas pelo Executivo sobre o candidato.

Consta da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, *a*, e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades”.

O indicado é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Civil, pela Universidade Federal de Alagoas, em 1988. Sua formação acadêmica registra três pós-graduações: a primeira, pela Fundação Getúlio Vargas, em Administração Pública, Planejamento e Orçamento, obtida em 2014; e outras duas da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, em Contabilidade e Orçamento Público e em Gestão Pública, concluídas em 2021 e 2022, respectivamente.

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata também a experiência profissional do Sr. CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, que passo a descrever.

O início de sua atuação profissional se deu na área da construção civil, onde atuou da sua graduação até 1997, em construtoras como Estrela, Paulo Octávio e Encol. Em 1997, passou a atuar na área de consultoria e projetos, tendo ocupado diversos cargos até sua nomeação como servidor público federal da carreira de Analista de Infraestrutura de Transportes, em 2010.

A partir de 2010 passa então a desenvolver sua carreira profissional na administração pública, tendo ocupado no DNIT as funções de Assistente da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, Diretor interino de Planejamento e Pesquisa e Coordenador-Geral substituto de Modernização e Gestão Estratégica.

No Poder Executivo, foi nomeado ainda Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva e Secretário de Política e Integração do então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Foi presidente do Conselho de Administração das Companhias Docas do Rio de Janeiro e membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo.

A Mensagem (SF) nº 42, de 2023, é acompanhada, além do currículo do indicado, da sua argumentação escrita em defesa de sua indicação, e das certidões negativas e declarações de conformidade de praxe em respeito ao art. 383, inciso I, alíneas *a*, *b* e *c*, do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina a escolha de autoridades por esta Casa, de modo a atestar que:

- não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;
- não detém nenhuma participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;
- não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial; e
- exerceu, nos últimos cinco anos as funções públicas supramencionadas.

Quanto à regularidade fiscal, o candidato apresentou certidões positivas da Receita Federal e do Governo do Distrito Federal, onde reside.

Na sua argumentação escrita, o indicado se considera, quanto à afinidade intelectual e moral, apto ao exercício do cargo. Destaca que, no transcurso de sua carreira pública, colecionaram-se experiências como gestor público, sem que haja ocorrido qualquer responsabilização contra ele, nas áreas de gestão orçamentária e financeira, e de recursos humanos. Aduz, além disso, que atuou na formulação e avaliação da política nacional de transportes dos subsistemas ferroviário, rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário, com propostas de ações governamentais, bem como na gestão de estudos técnicos, econômico-financeiro, planejamento, fiscalização, supervisão, gerenciamento de projetos e programas no setor de infraestrutura de transportes federal.

Diante do todo exposto, entendo que os Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, constante da Mensagem (SF) nº 42, de 2023, da Presidência da República (nº 283, na origem), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea *f*, combinado com os arts. 88 e 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2005.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

⇒ NP ENGENHARIA LTDA - DNIT

(Cargo: consultor)

⇒ EMPRESAS PRIVADAS

(Cargo: Sócio – EBEC Engenharia e Consultoria Ltda; Gerente de Contratos – Habra Engenharia; Engenheiro Residente – ENCOL/Paulo Octávio Engenharia/SERMAP Engenharia Ltda/ Construtora Estrela/Construtora Mendonça Melo)

Por fim, no transcorrer das informações até aqui prestadas, observa-se a respectiva **afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade**, em especial a relativa aos cargos anteriormente ocupados sem restrições em consultas governamentais, nem qualquer responsabilização.

Também, conforme descrito anteriormente, no transcurso da minha carreira pública, colecionaram-se experiências de gestor público, sem ter ocorrido qualquer responsabilização contra mim, nas áreas de gestão orçamentária e financeira, de recursos humanos, além de atuar na **formulação e avaliação da política nacional de transportes dos subsistemas ferroviário, rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário**, com propostas de ações governamentais, bem como na gestão de estudos técnicos, econômico-financeiro, planejamento, fiscalização, supervisão, gerenciamento de projetos e programas no setor de infraestrutura de transportes federal.

Em face da presente argumentação exposta, consigno minha satisfação pela relevante indicação de meu nome para o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e agradeço pela oportunidade de demonstrar minha eventual capacitação para novos desafios, razão pela qual rogo pelo conhecimento e apreciação dos subsídios apresentados, para decisão posterior de Vossas Excelências.

Brasília/DF, em 30 de maio de 2023.



Carlos Antônio Rocha de Barros



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do código de acesso: **Informações pessoais**

15/06/2023 15:59:33

Página: 1 / 2

CPF: **Informações pessoais** - CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

Dados Cadastrais

UA de Domicílio: DRF BRASILIA-DF

Código da UA: 01.101.00

Endereço: **Informações pessoais**

Bairro: **Informações pessoais**

CEP: **Informações pessoais**

Município: **Informações pessoais**

UF: DF

Situação: REGULAR

Data de Nascimento: **Informações pessoais**

Certidão Emitida

Certidão Negativa: 2ECA.210D.3456.CF9E

Emissão: 11/02/2016

Data de Validade: 09/08/2016

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal

Pendência - Débito (CCPF)

Receita	PA/Exerc.	Dt. Vcto	Vl.Original	Sdo.Devedor	Situação
4600 - IRPF	2023	31/03/2022	3.285,82	3.285,82	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	30/06/2022	89,38	89,38	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	30/09/2022	89,38	89,38	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	30/11/2022	89,38	89,38	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	29/12/2022	89,38	89,38	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	31/01/2023	89,38	89,38	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	29/04/2022	89,38	89,38	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	31/05/2022	89,38	89,38	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	29/07/2022	89,38	89,38	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	31/08/2022	89,38	89,38	DEVEDOR
4600 - IRPF	2023	31/10/2022	89,38	89,38	DEVEDOR

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Pendência - Inscrição (SIDA)

Inscrição	Receita	Inscrito em	Ajuizado em	Processo	Tipo de Devedor	
10.2.10.000860-00	3551-IRPJ	25/10/2010	14/01/2011	10166.455.194/2004-80	CORRESPONSÁVEL	Devedor Principal: 02.259.469/0001-75
	Situação: ATIVA AJUIZADA					
10.2.10.000861-83	3560-IRPJ FONTE	25/10/2010	14/01/2011	10166.455.194/2004-80	CORRESPONSÁVEL	Devedor Principal: 02.259.469/0001-75
	Situação: ATIVA AJUIZADA					
10.6.06.003845-00	4834-- MULTA ISOLADA	03/07/2006	14/01/2011	10166.201.513/2006-09	CORRESPONSÁVEL	Devedor Principal: 02.259.469/0001-75



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do código de acesso: [Informações pessoais](#)

15/06/2023 15:59:33

Página: 2 / 2

CPF: [Informações pessoais](#) - CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

Situação: ATIVA AJUIZADA						
10.6.10.001992-20	1804-CONTRIBUICAO SOCIAL	25/10/2010	14/01/2011	10166.455.194/2004-80	CORRESPONSÁVEL	Devedor Principal: 02.259.469/0001-75
Situação: ATIVA AJUIZADA						
10.6.10.001993-00	4493-COFINS	25/10/2010	14/01/2011	10166.455.194/2004-80	CORRESPONSÁVEL	Devedor Principal: 02.259.469/0001-75
Situação: ATIVA AJUIZADA						
10.7.10.000401-04	0810-PIS	25/10/2010	14/01/2011	10166.455.194/2004-80	CORRESPONSÁVEL	Devedor Principal: 02.259.469/0001-75
Situação: ATIVA AJUIZADA						

Final do Relatório

Declaração participação societária-Art. 383, I, b, 2.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, Carlos Antonio Rocha de Barros, declaro que não detenho nenhuma participação societária na qualidade de sócio gerente, ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em cumprimento ao item 2 da alínea "b" do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 18 de maio de 2023.


CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS
CPF [Informações pessoais](#)

Declaração regularidade fiscal-Art. 383, b, 3.

DECLARAÇÃO

Eu, CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, brasileiro, natural de ^{Informações pesso}, portador da Carteira de Identidade nº ^{Informações pessoais}, expedida pelo ^{Informações pessoais} e inscrito no CPF sob o nº ^{Informações pessoais}, DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no item 3 da alínea "b" do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não fui citado acerca de pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital, conforme documentação em anexo.

Brasília, 30 de maio de 2023.


CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS
CPF ^{Informações pessoais}

Avulso da MSF 42/2023 [35 de 40]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS — REITORIA	
Curso de Engenharia <u>Civil</u> reconhecido pelo(a) <u>De-</u> <u>creto</u> nº <u>4121/03.12/59.</u> (D.O. de 07/12/1959)	Diploma registrado sob nº <u>260</u> — às fls. <u>026</u> — <u>verso</u> do Livro nº <u>02-ENG</u> conforme Processo nº <u>2748-91</u>
Maceió, em 07 / 11 / 1991.	
<u>Vânia Maria da Costa Lopes</u> <small>(Ch. da Sec. de Exp. e Registro de Diplomas)</small> Conferir: <u>Elaine P. de Almeida Araújo</u> <small>(Diretor do DAA)</small>	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
A 1ª via do presente diploma foi registrada nesta Universidade sob nº 191, fls. 20, livro nº 02 ENG, em 09 de março de 1989, conforme processo nº 0448/89, Maceió, 07 de Novembro de 1991.

Vânia Maria da Costa Lopes
Chefe SERD/UFAL



O Diretor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas confere a

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

Natural de Maceió - AL, nascido(a) em 01 de julho de 1966, cart. de identidade nº 3694 - CREA

Certificado do Curso

PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Nível especialização (lato sensu), com 456 horas-aula, concluído em 07 de novembro de 2014.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2015.

Flávio Carvalho de Vasconcelos
Diretor
EBAPE

1ª Via

Nome do aluno: Carlos Antonio Rocha de Barros			Número do registro da IES: E-184185		
Naturalidade: Maceió - AL		Data de nascimento: 01/07/1966		Período de realização do curso: 21/09/2012 a 07/11/2014	
Curso: Pós-Graduação em Administração Pública: Planejamento e Orçamento		Total de horas-aula cumpridas: 456h		Coeficiente de Rendimento: 8,66	
Disciplina	Docente Responsável	Titulação / Instituição	H / A	Frequência	Média Final
Gestão da Qualidade em Projetos Públicos	Marcus Vinícius Carvalho Rodrigues	Doutor em Engenharia de Produção / Universidade Federal do Rio de Janeiro	36h	-	9,18
Modelagem de Organizações Públicas	Márcia Magalhães Costa	Doutor em Engenharia de Produção / Universidade Federal do Rio de Janeiro	36h	-	8,35
Acompanhamento e Avaliação de Programas Públicos	Fernanda Filipeiras Sauerbronn	Doutor em Administração / Fundação Getúlio Vargas	24h	100%	10,00
Controle Externo	Renato Jorge Brown Ribeiro	Mestre em Administração Pública / Fundação Getúlio Vargas	24h	75%	8,00
Controle Interno I	Renilda de Almeida Moura	Mestre em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília	24h	100%	9,40
Controle Interno II	Renilda de Almeida Moura	Mestre em Ciências Contábeis / Universidade de Brasília	12h	100%	8,30
Contabilidade Social	Haroldo Feitosa Talha	Mestre em Economia / Universidade de Brasília	24h	75%	7,50
Estado, Governo e Administração Pública	Lamartine Vieira Braga	Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação / Universidade Católica de Brasília	24h	100%	9,30
Execução Orçamentária I	Luís Otávio Barros da Graça	Mestre em Economia / Universidade de Brasília	24h	100%	8,93
Execução Orçamentária II	Luís Otávio Barros da Graça	Mestre em Economia / Universidade de Brasília	12h	100%	8,10
Elaboração de Projetos I	Eduardo Refikalefky	Doutor em Comunicação e Cultura / Universidade Federal do Rio de Janeiro	24h	100%	9,30
Elaboração de Projetos II	Eduardo Refikalefky	Doutor em Comunicação e Cultura / Universidade Federal do Rio de Janeiro	12h	100%	9,00
Elaboração e programação orçamentária I	Fernando Moutinho Ramalho Bitencourt	Especialista em Ciência Política / Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	24h	75%	10,00
Elaboração e programação orçamentária II	Fernando Moutinho Ramalho Bitencourt	Especialista em Ciência Política / Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	12h	100%	7,50
Economia do Setor Público	Mauro Santos Silva	Mestre em Administração Pública / Fundação Getúlio Vargas	24h	75%	7,00
Formulação e Análise de Políticas Públicas	Rita de Cássia Léal Fonseca dos Santos	Mestre em Economia / Universidade de Brasília	24h	100%	8,20
Finanças Públicas	Elizabeth Mauro	Especialista em Administração Pública / Universidade do Estado do Rio de Janeiro	24h	100%	7,50
Metodologia Científica	Rivis Silveira Fonseca	Doutor em Linguística / Universidade Estadual de Campinas	24h	100%	9,00
Matemática Financeira	Luiz Antonio Rodrigues Dias	Mestre em Administração Pública / Fundação Getúlio Vargas	24h	100%	8,90
Planejamento Governamental	Rubison Gonçalves de Castro	Especialista em Economia / Fundação Getúlio Vargas	24h	75%	10,00
Trabalho de Conclusão do Curso: Planejamento Orçamentário, Orçamento e Execução Financeira: Abordagem comparativa entre Orçamento e Execução Financeira 1999 a 2014 - no âmbito do DNT.					8,30

08/09/2022 12:30

Carlos Antonio Rocha de Barros - Gestão Pública

FACULDADE
METROPOLITANA

CERTIFICADO

A FAMEESP - Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, Instituição de Ensino Superior credenciada pela Portaria MEC nº 1.956, de 07 de novembro de 2019, certifica para os devidos fins que,

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

portador(a) do **Informações pessoais** concluiu o Curso de Especialização em "Gestão Pública" - Pós-Graduação "Lato-Sensu", de acordo com a Resolução CNE/CES Nº. 1 de 06 de Abril de 2018, com duração de 600 horas.

Ribeirão Preto, 28 de agosto de 2022

Antonio Marcos Neves Esteves
Secretário Acadêmico

Elder Borges da Silva
Diretor Geral

Curso de Especialização em "Gestão Pública"

Disciplinas	Histórico Escolar		Professor	Título/Bo
	CH	Nota		
GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	45 Horas	8,0	Marcelo Vilasbo Perdoni	Especialista
EMPREENDEDORISMO	45 Horas	10,0	Juliano Leonardo de Oliveira Bergamini	Mestre
GESTÃO EMPRESARIAL	45 Horas	9,0	Thiago Seneha Torres	Especialista
FUNDAMENTOS DA GÊNESE POLÍTICA	45 Horas	10,0	Luiz Cláudio Terra	Especialista
MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE CIVIL	45 Horas	10,0	Antonio Marcos Neves Esteves	Mestre
PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	45 Horas	9,0	Fernando de Cassia Neves Esteves	Doutor
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL	45 Horas	10,0	Marcelo Vilasbo Perdoni	Especialista
GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	45 Horas	8,0	Juliano Leonardo de Oliveira Bergamini	Mestre
GESTÃO PARA PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	45 Horas	8,0	Thiago Seneha Torres	Especialista
CONTABILIDADE PÚBLICA	45 Horas	10,0	Luiz Cláudio Terra	Especialista
ASPECTOS COMPORTAMENTAIS NA GESTÃO DE PESSOAS	45 Horas	10,0	Antonio Marcos Neves Esteves	Mestre
METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTÍFICO	45 Horas	10,0	Fernando de Cassia Neves Esteves	Doutor
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	45 Horas	8,0	Marcelo Vilasbo Perdoni	Especialista
ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	45 Horas	8,0	Juliano Leonardo de Oliveira Bergamini	Mestre
Carga Horária Total	600 Horas			

Declaramos que a FAMEESP cumpriu todas as disposições da presente resolução CNE/CES nº. 1, de 06 de Abril de 2018. O curso foi realizado no período de 28 de agosto de 2021 a 28 de agosto de 2022



Autenticidade do Certificado:

0d289e0168bb976e988818c560f30303

Para verificar a autenticidade desse certificado

acesse: estudoemfronteiras.com. Ou utilize o

QRCode ao lado.

FAMEESP - Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo credenciada pela Portaria EAO MEC nº 1.956 de 07 de novembro de 2019. Certificado registrado sob nº 144/202, no livro 1, página 2873. Por delegação de competência do Ministério da Educação nos termos da resolução CNE/CES nº 1 de 06 de Abril de 2018.

Ribeirão Preto - SP, 28 de agosto de 2022

02/02/2022 16:52

Carlos Antonio Rocha de Barros - Contabilidade e Orçamento Público

CERTIFICADO

A FAMEESP - Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, Instituição de Ensino Superior credenciada pela Portaria MEC nº 1.956, de 07 de novembro de 2019, certifica para os devidos fins que,

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

portador(a) do **Informações pessoais**, concluiu o Curso de Especialização em "Contabilidade e Orçamento Público" - Pós-Graduação "Lato-Sensu", de acordo com a Resolução CNE/CES Nº. 1 de 06 de Abril de 2018, com duração de 600 horas.

Ribeirão Preto, 20 de maio de 2021

Antonio Marcos Neves Esteca
Secretário Acadêmico

Elder Borges da Silva
Diretor Geral

Curso de Especialização em "Contabilidade e Orçamento Público"

Disciplinas	Matrícula Escolar	CH	Nota	Professor	Titulação
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		50 Horas	100	Adriana Lidiane de Oliveira Bergamini	Mestre
PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE PÚBLICA		50 Horas	100	Antonio Marcos Neves Esteca	Mestre
O PLANO DE DESENVOLVIMENTO ANUAL CAUDO E USOS DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		50 Horas	100	Claudio Romualdo Borges	Doutor
ESTRUTURA DE PLANO DE CONTAS		50 Horas	80	Andre Ricardo Machi	Doutor
CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL		50 Horas	100	Júlia Clotilde Terra	Especialista
SISTEMAS DE CONTAS, ESTATOS DAS RECEITAS E DESPESAS, MÚLTIPLOS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E BALANÇO PATRIMONIAL		50 Horas	100	Thiago Sarinho Pires	Especialista
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		50 Horas	100	Adriana Lidiane de Oliveira Bergamini	Mestre
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I		50 Horas	80	Antonio Marcos Neves Esteca	Mestre
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II		50 Horas	100	Claudio Romualdo Borges	Doutor
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL		50 Horas	100	Andre Ricardo Machi	Doutor
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS		50 Horas	100	Thiago Sarinho Pires	Especialista
TECNICAS DO EXERCÍCIO SÓCIO-EDUCATIVO		50 Horas	100	Júlia Clotilde Terra	Especialista
Carga Programada Total		600 Horas			

Declaramos que a FAMEESP cumpriu todas as disposições da presente resolução CNE/CES nº. 1, de 06 de Abril de 2018. O curso foi realizado no período de 21 de novembro de 2020 a 20 de maio de 2021.



Autenticidade do Certificado:

4df30e0f5fd70a4e859d2cb915aa3d14

Para verificar a autenticidade deste certificado acesse: estudoscmfronteiras.com.br. Ou utilize o QRCode ao lado.

FAMEESP - Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo credenciada pela Portaria EAD/MEC nº 1.956 de 07 de novembro de 2019. Certificado registrado sob nº 114830, no livro 1, página 2285. Por delegação de competência do Ministério da Educação nos termos da resolução CNE/CES nº 1 de 06 de Abril de 2018.

Ribeirão Preto - SP, 20 de maio de 2021



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 42, DE 2023

(n° 283/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 283

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 19 de junho de 2023.



OFÍCIO Nº 362/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2023, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4348392** e o código CRC **BA3CBB67** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 50000.017119/2023-94

SUPER n° 4348392

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

CURRICULUM VITAE

I. DADOS PESSOAIS

Carlos Antônio Rocha de Barros

Nascimento: Informações pessoais

CPF: Informações pessoais

CREA-AL: Informações pessoais

Endereço: Informações pessoais

CEP: Informações pessoais

Cidade: Informações pessoais

Telefone: Informações pessoais

E-mail: carlos.barros@dnit.gov.br

II. FORMAÇÃO

Graduação: Engenharia Civil

Período: 1984 – 1988

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Pós - Graduação: Administração Pública: Planejamento e Orçamento

Período: 2012 – 2014

Instituição de Ensino: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Pós - Graduação: Especialização em Contabilidade e Orçamento Público

Período: 2020 – 2021

Instituição de Ensino: Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo.

Pós - Graduação: Especialização em Gestão Pública

Período: 2021 – 2022

Instituição de Ensino: Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo.



III. CURSOS DE CURTA DURAÇÃO

Pacto pela Infraestrutura Nacional e Eficiência Logística – Painei 2018

Carga horária total: 13 horas

Período: Setembro/2018

Instituição de Ensino: Instituto BESC de Humanidades e Economia.

Diploma Internacional em Estratégia e Competitividade em Operações Portuárias

Carga horária total: 25 horas

Período: Setembro/2018

Instituição de Ensino: Fundação Valenciaport – Valencia/Espanha.

Boas Práticas de Governança e Gestão

Carga horária total: 36 horas

Período: Junho/2018

Instituição de Ensino: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD) - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA.

Programa SEST de Capacitação para Conselheiros de Administração da União

Carga horária total: 68 horas

Período: Maio/2017 - Maio/2018

Instituição de Ensino: Fundação Dom Cabral (FDC).

Gestão Orçamentária e Financeira

Carga horária total: 35 horas

Período: Agosto/2015

Instituição de Ensino: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Gestão do Orçamento Público

Carga horária total: 35 horas

Período: Agosto/2015

Instituição de Ensino: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

I Seminário de Licitação e Contratos

Carga horária total: 32 horas

Período: Setembro/2014

Instituição de Ensino: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Capacitação e Qualificação em Geotecnologias

Carga horária total: 32 horas

Período: Agosto/2011

Instituição de Ensino: Diretoria de Planejamento e Pesquisa - DNIT.

Sistema de Gerência de Pavimentos

Carga horária total: 40 horas

Período: Outubro/2010

Instituição de Ensino: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

IV. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Período: Abr/2023 até a presente data.

Cargo/Função: Coordenador-Geral de Modernização e Gestão Estratégica – Substituto.

Atividades e Trabalhos Realizados: Desempenhar as atividades ligadas: à coordenação do planejamento estratégico e a estrutura organizacional do DNIT, assessorar o Diretor-Executivo na gestão estratégica e avaliação de desempenho institucional; dar suporte à Diretoria-Executiva sobre as prioridades do planejamento estratégico no processo de elaboração da proposta orçamentária; acompanhar o desempenho dos programas, projetos e obras do DNIT em consonância com as iniciativas estratégicas da instituição; padronizar e acompanhar o fluxo de processos que ocorram entre as diretorias setoriais e órgãos descentralizados de natureza transversal; elaborar os indicadores de desempenho estratégico do DNIT e submeter à aprovação da Diretoria-Executiva; consolidar as normas internas que contribuam para a instrução e para o aprimoramento da segurança institucional dos servidores no exercício das respectivas atribuições e competências; implantar o coordenar rotinas de governança, interna e externa, que melhorem a comunicação e o levantamento das informações das Diretorias e dos órgãos descentralizados; propor à Diretoria-Executiva a análise de risco de empreendimentos do DNIT; e coordenar e consolidar as informações para a elaboração do Relatório Anual de Gestão, da Prestação de Contas do Presidente e da Mensagem Presidencial.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Período: Nov/2022 até Mai/2023.

Cargo/Função: Chefe de Divisão – Infraestrutura Predial.

Atividades e Trabalhos Realizados: Desempenhar as atividades ligadas à execução de obras, serviços e reparos dos imóveis, na elaboração dos estudos técnicos para as contratações das obras e serviços de engenharia relacionados à manutenção, à modificação, ao melhoramento e à ampliação dos sistemas prediais. Elaborar a propositura de especificações técnicas para elaboração de editais relativos às licitações de obras e serviços de engenharia relacionados à manutenção, à modificação, ao melhoramento e à ampliação

dos sistemas prediais do DNIT Sede.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Período: Fev/2021 até Nov/22.

Cargo/Função: Chefe de Setor – Infraestrutura Predial

Atividades e Trabalhos Realizados: Apoiar as atividades ligadas à execução de obras, serviços e reparos dos imóveis, na elaboração dos estudos técnicos para as contratações das obras e serviços de engenharia relacionados à manutenção, à modificação, ao melhoramento e à ampliação dos sistemas prediais. Auxiliar na propositura de especificações técnicas para elaboração de editais relativos às licitações de obras e serviços de engenharia relacionados à manutenção, à modificação, ao melhoramento e à ampliação dos sistemas prediais do DNIT Sede.

Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA)

Período: 19/11/2018 até 31/05/2019

Cargo/Função: Membro do Conselho de Administração

Atividades e Trabalhos Realizados: Desempenhar as funções institucionais de governança e estratégia, consubstanciadas em tomada de decisão visando à adaptação da empresa ao seu meio envolvente, como as relacionadas às políticas de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes, sem prejuízo das competências previstas no Art. 142 da Lei nº 6.404/1976.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)

Secretaria de Política e Integração

Período: Abril/2018 até 09/01/2019

Cargo/Função: Secretário de Política e Integração

Atividades e Trabalhos Realizados: Formular e avaliar a política nacional de transportes dos subsistemas ferroviário, rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário, e propor diretrizes para as ações governamentais, em articulação com as secretarias do Ministério; promover a integração da política nacional de transportes com as diversas esferas de governo e com a sociedade civil; entre outras, assessorar o Ministro de Estado nas atividades do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, relacionadas à integração de políticas de transporte e demais ações pertinentes à competência da Secretaria.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)

Período: Jun/2016 até Abril/2018

Cargo/Função: Chefe do Gabinete da Secretaria Executiva

Cargo/Função: Secretário-Executivo, Substituto.

Atividades e Trabalhos Realizados: Coordenar a pauta de trabalho do Secretário-Executivo

e assistir ao secretário-Executivo na execução de suas atribuições; e na ausência do mesmo assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias do Ministério e das entidades vinculadas e assinaturas de documentos oficiais, conforme estabelecido na Portaria nº 624, de 5 de Outubro de 2016.

Conselho de Administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CONSAD/CDRJ)

Período: 24/02/2017 até 20/08/2018

Cargo/Função: Conselheiro - Presidente do CONSAD

Atividades e Trabalhos Realizados: Discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes, sem prejuízo das competências previstas no Art. 142 da Lei nº 6.404/1976.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Período: Mar/2016 até Jun/2016

Cargo/Função: Diretor de Planejamento e Pesquisa (DPP) - Interino

Atividades e Trabalhos Realizados: Analisar, aprovar, coordenar, acompanhar, controlar e executar a programação para o desenvolvimento de estudos e projetos da Autarquia.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Período: Out/2011 até Mar/2016

Cargo/Função: Assistente da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária (DIR)

Atividades e Trabalhos Realizados: Assessorar o Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT em suas responsabilidades.

Nomeado, em caráter efetivo, para o cargo de Analista em Infraestrutura de Transportes – Portaria Nº 471, de 05 de Maio de 2010 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

PRODEC Consultoria - DNIT

Período: Set/2009 até Mai/2010

Cargo/Função: Consultor

Atividades e Trabalhos Realizados: Consultoria concernentes a gestão no setor de infraestrutura de transportes.

Siscon Engenharia e Consultoria Ltda - DNIT

Período: Abr/2006 até Ago/2009

Cargo/Função: Consultor

Atividades e Trabalhos Realizados: Assessoria concernentes a gestão, estudos técnicos...

econômico-financeiros, planejamento, fiscalização, supervisão e gerenciamento de projetos e programas relativos a serviços e obras de engenharia, no setor de infraestrutura de transportes.

NP Engenharia Ltda - DNIT

Período: Jul/2005 até Mar/2006

Cargo/Função: Consultor

Atividades e Trabalhos Realizados: Consultoria em execução de obras civis.

LGK Engenharia Ltda - DNIT

Período: Jan/2005 até Jun/2005

Cargo/Função: Consultor

Atividades e Trabalhos Realizados: Obras por administração

EBEC Engenharia e Consultoria Ltda

Período: Out/1997 até Nov/2004

Cargo/Função: Sócio

Atividades e Trabalhos Realizados: Atribuições inerentes ao cargo de Sócio-Gerente.

Habra Engenharia

Período: Set/1995 até Out/1997

Cargo/Função: Gerente de Contratos

Atividades e Trabalhos Realizados: Atribuições inerentes ao cargo de Gerente de Contratos.

ENCOL

Período: Jan/1995 até Set/1995

Cargo/Função: Engenheiro Residente

Atividades e Trabalhos Realizados: Atribuições inerentes ao cargo de Engenheiro Residente.

Paulo Octávio Engenharia

Período: Fev/1992 até Jan/1995

Cargo/Função: Engenheiro Residente

Atividades e Trabalhos Realizados: Atribuições inerentes ao cargo de Engenheiro Residente.

SERMAP Engenharia Ltda

Período: Jul/1990 até Dez/1991

Cargo/Função: Engenheiro Residente

Atividades e Trabalhos Realizados: Atribuições inerentes ao cargo de Engenheiro Residente.

Construtora Estrela

Período: Out/1989 até Jun/1990

Cargo/Função: Engenheiro Residente

Atividades e Trabalhos Realizados: Atribuições inerentes ao cargo de Engenheiro Residente.

Construtora Mendonça Melo

Período: Jul/1986 até Ago/1989

Cargo/Função: Engenheiro Residente e Estagiário

Atividades e Trabalhos Realizados: Atribuições inerentes ao cargo de Engenheiro Residente e Estagiário.

Brasília/DF, 18 de maio de 2023.



Excelentíssimo(a)s Sr(a)s Senadore(a)s,

Trata-se de argumentação sucinta, em face de minha indicação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a fim de efetuar nomeação para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, razão pela qual passo a transcorrer sobre minha formação técnica, experiência profissional, bem como capacidade, integridade e competência para o exercício da função designada.

No que se refere à **formação profissional**, participo que me graduei como Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL em 1988, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas – CREA/AL, com visto para exercer atividades no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, CREA/DF nº 8610/V, bem como habilitado no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia com RNP nº 0205631380.

Além disso, possuo três pós-graduações que aperfeiçoaram conhecimentos técnicos e gerenciais para exercer com excelência minhas competências no serviço público. Iniciei com a Especialização em Administração Pública com ênfase em Planejamento e Orçamento, finalizada em 2014 Fundação Getúlio Vargas – FGV, prosseguindo com Especialização em Contabilidade e Orçamento Público em 2021 e a Especialização em Gestão Pública em 2022, ambas pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo.

Importante mencionar a participação em cursos de curta duração como forma de obtenção rápida de conhecimento aplicado às atividades funcionais como o Pacto pela Infraestrutura Nacional e Eficiência Logística (2018) pelo Instituto BESC de Humanidades e Economia; o Diploma Internacional em Estratégia e Competitividade em Operações Portuárias (2018) pela Fundação Valenciaport – Valencia/Espanha; Boas Práticas de Governança e Gestão (2018) ministrado no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA; e a participação no Programa SEST de Capacitação para Conselheiros de Administração da União (2018) pela Fundação Dom Cabral – FDC.

Além disso, também participei de cursos de Gestão Orçamentária e Financeira (2015) e Gestão do Orçamento Público (2015) ministrados pela Escola Nacional de Administração Pública – FNAP, que na posição de escola de governo, cumpre a relevante missão de capacitar servidores públicos.

Não poderia deixar de mencionar capacitações realizadas no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT como o I Seminário de Licitação e Contratos (2014), a Capacitação e Qualificação em Geotecnologias (2011) e o Sistema de Gerência de Pavimentos (2010), com enfoque nos desafios específicos da autarquia.

Isto permitiu que além da consolidada formação técnica abordando temas correlatos a Engenharia Rodoviária, Planejamento e Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia, fossem adquiridos conhecimentos em diversas disciplinas afetas ao serviço público como Administração Financeira e Orçamentária, Lei de Licitações e Contratos, Convênios, bem como Contabilidade Pública e Contabilidade Geral.

Superada a parte da demonstração da adequada formação profissional, passo a tratar da **experiência e conhecimentos profissionais** que possuo, as quais registro as principais a seguir:



- ⇒ Engenheiro civil residente e gerente de contratos no âmbito da iniciativa privada na área de edificações, tendo atuado nos estados de Alagoas, Rio de Janeiro e Distrito Federal;
- ⇒ Gestor no âmbito da Administração Pública e Privada;
- ⇒ Administração, planejamento e execução sustentáveis de obras públicas de infraestruturas, incluídas as de natureza rodoviária, ferroviária, aquaviária e aeroviária;
- ⇒ Formulação e avaliação a política nacional de transportes dos subsistemas ferroviário, rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário, e propondo diretrizes para as ações governamentais, em articulação com as secretarias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
- ⇒ Operacionalização e implementação de programas e projetos sustentáveis de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico e social, bem como para a expansão dos setores urbano, habitacional, de serviços, tecnológico e de estímulo à inovação;
- ⇒ Gestão, estudos técnicos, econômico-financeiro, planejamento, fiscalização, supervisão e gerenciamento de projetos e programas relativos a serviços e obras de engenharia, no setor de infraestrutura de transportes;
- ⇒ Planejamento e execução orçamentária e de contratos e convênios;
- ⇒ Recursos Humanos, Comunicação e Logísticos;
- ⇒ Auditoria e Fiscalização; Ouvidoria; Prevenção e Combate à Corrupção; Governança e Compliance;

Ingressei no serviço público federal em maio de 2010, mediante concurso público na carreira de Analista em Infraestrutura de Transportes no DNIT, sendo servidor em efetivo exercício até o presente momento, ou seja, por 13 anos.

Atualmente exerço a função Coordenador – Geral de Modernização e Gestão Estratégica - Substituto, tendo exercido diversas funções no órgão e entidades da Administração Pública Federal e Privada, as quais passo a expor as principais a seguir:

- ⇒ DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT
(Cargos: Chefe de Divisão – Infraestrutura Predial, Chefe de Setor – Infraestrutura Predial, Diretor de Planejamento e Pesquisa – Interino, Assistente da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, nomeado para cargo de Analista em Infraestrutura de Transportes)
- ⇒ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO (CODESA)
(Cargo: Membro do Conselho de Administração)
- ⇒ MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL (MTPA)
(Cargos: Secretário de Políticas e Integração, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva)
- ⇒ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO (CONSAD/CDRJ)
(Cargo: Conselheiro – Presidente do CONSAD)
- ⇒ PRODEC CONSULTORIA - DNIT
(Cargo: Consultor)
- ⇒ SISCON ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - DNIT
(Cargo: consultor)





CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 161046017642023
NOME: CARLOS ANTONIO POCHA DE BARROS
ENDEREÇO:
CIDADE:
CPF:
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS

Consta(m) o(s) seguinte(s) débito(s)

Dívida Ativa

Inscrição	Ano	Receita	Situação	Origem	Vlr. Débito
50218637012	2021	909 TLP	NAC PAGC	50655360	73,53
50310348664	2003	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	4.160,16
50107036380	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	29.927,37
50107036398	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	23.636,18
50107036401	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	24.152,02
50107036410	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	36.946,49
50107036428	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	13.639,57
50107036436	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	13.222,89
50107036444	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	13.117,59
50109894529	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	11.830,99
50109894537	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	10.885,08
50109894545	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	8.870,84
50109894553	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	7.997,72
50109894561	2002	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	5.772,83
50105586161	2001	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	36.676,99
50107036363	2001	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	30.925,40
50107036371	2001	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	23.814,10
50109894502	2001	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	210,94
50109894510	2001	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	45.152,08
50105586170	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	24.380,33
50105586183	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	44.717,36
50105586196	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	30.156,76
50105586200	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	30.667,67
50109894430	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	15.362,60
50109894448	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	27.421,02
50109894456	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	7.566,04
50109894464	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	5.867,52
50109894472	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	6.374,77
50109894480	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	11.199,66
50109894499	2000	136 ISS	ACUIZADO	0737954700167	5.356,51

Total de Débitos na Dívida ativa

TLP	1	R\$73,53
ISS	29	R\$541.030,49
Total:	30	R\$541.104,01

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Fica reservado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.



CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 161048017642023
NOME: CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS
ENDEREÇO: Informações pessoais
CIDADE: Informações pe
CPF: Informações pessoais
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 16 de agosto de 2023. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS**

Inscrição: **Informações pessoais**

Zona: **Informações**

Seção: **Informações pess**

Município: **Informações pessoais**

UF: **Informaçã**

Data de nascimento: **Informações pessoais**

Domicílio desde: **Informações pessoais**

Filiação: **Informações pessoais**

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): **engenheiro**

Certidão emitida às 13:59 em 18/05/2023

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

KOZ/.PHB4.WWMC.EN9X

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)**
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 18/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.F2S8.090W.YPJU.Z0AK.GMNY**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



CERTIDÃO POSITIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 18/05/2023, **CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)

- Execução fiscal, 0024865-06.2009.8.07.0001 (Res.65 - CNJ), distribuído para 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DO DF em 04/05/2018, Execução fiscal.

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/05/2023

Selo digital de segurança: 2023.CTD.HSQY.J69G.0FPD.Q1QH.6AUS

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

101

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 18/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

Informações pessoais

(Informações pessoais)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.QC4P.C58W.TI7V.9X15.TOIP**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



CERTIDÃO POSITIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 18/05/2023, **CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)

- Execução fiscal, 0024865-06.2009.8.07.0001 (Res.65 - CNJ), distribuído para 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DO DF em 04/05/2018, Execução fiscal.

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de Identificação são de responsabilidade do **solicitante da certidão**, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, Informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.2003.54G9.KNVX.SPVE.3EHA**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

28780376/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

OU

CPF n. **Informações pessoais**

Certidão emitida em 18/05/2023, às 11:34:48 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 18/05/2023, às 07:25:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 28780376

Código de Validação: 9A77 3091 15B1 BA88 B9DB 4CD8 FB7A 9969

Data da Atualização: 18/05/2023, às 07:25:23





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

28780447/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando **os sistemas** processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

OU

CPF n. **Informações pessoais**,

Certidão emitida em 18/05/2023, às 11:36:34 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 18/05/2023, às 07:25:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 28780447

Código de Validação: 434A 56A2 21AD 3765 77D5 0B12 EBFB E5FE

Data da Atualização: 18/05/2023, às 07:25:23





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS

28780475/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** com potencial de gerar inelegibilidade contra:

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

OU

CPF n. **Informações pessoais**

Certidão emitida em 18/05/2023, às 11:37:19 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 18/05/2023, às 07:25:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 28780475

Código de Validação: 78DC 86D5 753A A50B 7E14 8BF7 BF51 CA79

Data da Atualização: 18/05/2023, às 07:25:23




Declaração vedação ao nepotismo – Art. 383, I, b, 1.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, Carlos Antonio Rocha de Barros, declaro que não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, em cumprimento ao item 1 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 18 de maio de 2023.


CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS
CPF [Informações pessoais](#)

Declaração ações judiciais-Art. 383, b, 4.

DECLARAÇÃO

Eu, Carlos Antonio Rocha de Barros, brasileiro, natural de **informações pessoais**, portador da Carteira de Identidade de nº **Informações pessoais**, expedida pelo **Informações pessoais** e inscrito no CPF sob o nº **Informações pessoais**, DECLARO, para fins do disposto no artigo 383, I, "b", 4, do Regimento Interno do Senado Federal, que não figuro como autor ou réu em nenhuma ação judicial.

Brasília, 18 de maio de 2023.



CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS

CPF **Informações pessoais**

DECLARAÇÃO

Eu, Carlos Antonio Rocha de Barros, brasileiro, natural de **Informações pessoais**, portador da Carteira de Identidade de nº **Informações pessoais**, expedida pelo **Informações pessoais** e inscrito no CPF sob o nº **Informações pessoais**, DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 5 da alínea "b" do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que, nos últimos 05 anos, exerci as seguintes funções descritas abaixo:

- Coordenador-Geral de Modernização e Gestão Estratégica – Substituto – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
- Chefe de Divisão – Infraestrutura Predial (DNIT);
- Chefe de Setor – Infraestrutura Predial (DNIT);
- Membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA);
- Secretário de Política e Integração do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA);
- Secretário-Executivo – Substituto – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
- Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e
- Conselheiro e Presidente do Conselho de Administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CONSAD/CDRJ).

Brasília, 18 de maio de 2023.

CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS
CPF **Informações pessoais**



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
Gabinete do Ministro

Este cadastro deve ser assinado e com rubrica em todas as páginas, escaneado em arquivo único juntamente com a documentação comprobatória das qualificações informadas nos itens 14 e 15.

CADASTRO DE INDICAÇÃO CONSELHO DIRETOR OU DA DIRETORIA COLEGIADA

Conformidade com o disposto no § 2º do art. 8º do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, com o Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, bem como com o constante da alínea a) do inciso I e, cumulativamente, o inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000.

Verificação dos requisitos e vedações legais exigidos para indicação para composição de lista de substituição do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das Agências reguladoras.

A. DADOS GERAIS

1. Nome completo:

Carlos Antonio Rocha de Barros

2. CPF: **Informações pessoais**

3. Data Nascimento: **Informações pessoais**

4. Sexo: (X) M () F

5. Cargo efetivo: Analista de infraestrutura em Transportes

6. Função comissionada: Diretor Executivo

7. Código da função: **Informações pessoais**

8. Telefone profissional: (61) 3315-4581

9. Telefone pessoal: **Informações pessoais**

10. E-mail profissional: carlos.barros@dnit.gov.br

11. E-mail pessoal: **Informações pessoais**

12. Agência à qual foi indicado: DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

B. CRITÉRIOS/REQUISITOS (Incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 9.727/2019, inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000) Necessidade de comprovação documental (itens 14 e 15)

13. possui idoneidade moral e reputação ilibada (x) Sim () Não

14. Possui formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação?* (art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.986/2020) (x) Sim () Não

**Anexar cópia do diploma de graduação (frente e verso) e/ou cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação*

15. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui: (art. 5º, inciso I, da Lei nº 9.986/2020)*
(X) 10 (anos) no setor público ou privado, no campo de atividade da agência reguladora ou em área a ela conexa, em função de direção superior

() 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

- cargo de direção ou de chefia superior em empresa no campo de atividade da agência reguladora, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa; (Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019)
- cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público; (Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019)
- cargo de docente ou de pesquisador no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; ou (Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019)

(X) 10 (dez) anos de experiência como profissional liberal no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexas

*Apresentar como documentos comprobatórios

16. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990?	
a) é pessoa inalistável ou analfabeto?	() Sim (x) Não
b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura?	() Sim (x) Não
c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito?	() Sim (x) Não
d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() Sim (x) Não
e) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo: 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando	() Sim (x) Não
f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() Sim (x) Não
g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição?	() Sim (x) Não
h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() Sim (x) Não
i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação?	() Sim (x) Não
j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição?	() Sim (x) Não
k) foi Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura?	() Sim (x) Não
l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio	() Sim (x) Não

público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena?	113
m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não

C. VEDAÇÕES (Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, art. 8º-A)

17. é de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal, dirigente estatutário de partido político e titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados dos cargos?*	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
18. - atuou nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
19. exerce cargo em organização sindical?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
20. participa direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela agência reguladora em que atuaria, ou que tenha matéria ou ato submetido à apreciação dessa agência reguladora?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
21. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
22. é membro de conselho ou de diretoria de associação, regional ou nacional, representativa de interesses patronais ou trabalhistas ligados às atividades reguladas pela respectiva agência?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
*A vedação prevista no inciso I do caput estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas	

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie.

Brasília, 28 de junho de 2023

Local e data



Assinatura do(a) Indicado(a)

SEST/ME, atualizado em 10/12/2019.

4



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

PARECER/RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 39, de 2023, da Presidência da República, que *submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o §1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor José Eduardo Guidi, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).*

Relator: Senadora **AUGUSTA BRITO**

I – RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 39, de 2023, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Eduardo Guidi para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal combinado com os arts. 88 e 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores do DNIT. Nos termos do art. do RISF, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

O curriculum vitae anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado, que passo a resumir.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

O Sr. José Eduardo Guidi é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em Gestão Pública pelo INSPER/SP.

No tocante à experiência profissional, o indicado atuou como responsável técnico de obras civis e de saneamento (2000), trabalhou como projetista e fiscal no Departamento de Obras e Serviços Públicos de Rondônia (DEOSP – 2000 a 2009), coordenador e diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Rondônia (DER/RO – 2011-2015). Atualmente, atua como perito judicial do TRF-1, TJRO, TJMT, TJMG e TJDF. Atualmente, atua como engenheiro avaliador de entidades do ramo financeiro, como instrutor de Administração Pública e como engenheiro consultor.

Com relação às publicações de sua autoria, o indicado apresenta lista de obras relacionadas à engenharia legal, e contratos de obras públicas.

A análise do curriculum vitae anexado à Mensagem nº 39, de de 2023, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, para o qual foi escolhido pelo Senhor Presidente da República.

Adicionalmente, o indicado apresentou, além do curriculum vitae e da argumentação escrita que demonstram sua experiência profissional, os demais documentos exigidos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

São esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Senhor José Eduardo Guidi para ser conduzido ao cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

ENG. JOSÉ EDUARDO GUIDI - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (disponível no site oficial do CREA-RO)

Nº	Nº ART	ÓRGÃO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS
			COORDENAÇÃO TÉCNICA
1	8207385006	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA BEIRA RIO EM JI-PARANA/RO.
2	8207375291	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO "CENTRO DE REFERÊNCIA DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA - CREPAD", NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.
3	8207377646	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO "CENTRO DE REFERÊNCIA DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA - CREPAD", NO MUNICÍPIO DE CACAOAL/RO.
4	8207377647	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO "CENTRO DE REFERÊNCIA DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA - CREPAD", NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
5	8207377648	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO "CENTRO DE REFERÊNCIA DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA - CREPAD", NO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO.
6	8207382863	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS, NO MUNICÍPIO DE JI-PARANA/RO.
7	8207382861	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS, NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO.
8	8207382859	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS, NO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO.
9	8207377986	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO ALUIZIO FERREIRA DE OLIVEIRA, DE 7.038,21 M² (REFORMA E AMPLIAÇÃO), NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
10	8207402493	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA DO POVO DE 6.745,20 M², EM TANCREDOPOÍS, DISTRITO DE ALVORADA / RO.
11	8207439207	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À CONSTRUÇÃO DO COE, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
12	8207430751	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO.
13	8207428357	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 5º BATALHÃO - PM, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
14	8207427447	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CIOF, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
15	8207379482	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA DA DE RENDAS NO MUNICÍPIO DE COLORADO D. OESTE.
16	8207371685	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA DA DE RENDAS NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM.
17	8207371689	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA DA DE RENDAS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO.
18	8207371686	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA DA DE RENDAS NO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO.
19	8207371693	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA DA DE RENDAS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI.
20	8207435840	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA (119.689,42 M²) NA RUA VINTE E CINCO DE AGOSTO, NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA.
21	8207399320	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE À CONSTRUÇÃO DO PARQUE PAINEIRAS COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ PINTADO, NO MUNICÍPIO DE JI-PARANA/RO. FOI REALIZADO READAPTAÇÃO DE PROJETOS, ONDE ÁREA PASSA A SER: 33.222,90 M².
22	8207368112	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA (21.106,30 M²) NA RUA JOSÉ ANCHIETA C/ RUA PRESIDENTE KENEDY, NO MUNICÍPIO DE CACAOAL.
23	8207349864	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDONIA, RO, DISTRITO DE RIO BRANCO DE 3.000 M².
24	8207365804	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO D. OESTE/RO, DE 8.533,68 M².
25	8207367553	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA(4450,00M²), NA RUA BARTOLOMEU BUENO, ENTRE AVENIDAS INDEPENDÊNCIA E RIACHUELO, BAIRRO: CTG, NO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO/RO.
26	8207360104	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE À CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, DE PEQUENO PORTE, NA CIDADE DE BURITIS.
27	8207360088	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, DE PEQUENO PORTE (678,95 M²), NA CIDADE DE ESPÍGAO D. OESTE.
28	8207365814	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE À REVITALIZAÇÃO DO PARQUE PÚBLICO E CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA NA AVENIDA DANIEL COMBONI, TRECHO COMPREENDIDO ENTRE À AVENIDA MARECHAL RONDON E À AVENIDA GONÇALVES DIAS, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 13.124,33 M2, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO D. OESTE/RO.
29	8207380376	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ATINENTES À CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE DESPOSTO E LAZER - CEDEL, NO MUNICÍPIO DE BURITIS.
30	8207380391	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE DESPOSTO E LAZER - CEDEL, NO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D. OESTE.
31	8207445062	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS, ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CENTRAL DE LOGÍSTICA, EM PORTO VELHO, COM ÁREA DE 1.153,95 M².
32	8207440159	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO ATINENTE A CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DOS TOTÊS, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
33	8207350609	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE OURO PRETO DO OESTE - RO.
34	8207351420	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO ATINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, DE PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE JARU.
35	8207310816	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETOS ATINENTES À CONSTRUÇÃO DO PARQUE GUANABARA, COM REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, DO CANAL DOS TANQUES, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
36	8207701822	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS (ARQUITETÔNICO, ESTRUTURAL, INCÊNDIO E PÂNICO, HIDROSSANITÁRIO, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, ELÉTRICO E LÓGICA, CLIMATIZAÇÃO) ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE GRANDE PORTE (2.112,45M2) NA CIDADE DE ARIQUEMES-RO.
37	8207702101	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS (ARQUITETÔNICO, ESTRUTURAL, INCÊNDIO E PÂNICO, HIDROSSANITÁRIO, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, ELÉTRICO E LÓGICA, CLIMATIZAÇÃO) ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE GRANDE PORTE (2.112,45M2) NA CIDADE DE VILHENA-RO.
38	8207353577	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNISP DE PEQUENO PORTE (678,95M²) NO MUNICÍPIO DE CUIJUBIM/RO.
39	8207362619	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE GRANDE PORTE - ZONA SUL (2.112,45 M²) NA CIDADE DE PORTO VELHO - RO.
40	8207343238	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (656,16M²) NA CIDADE DE MACHADINHO D. OESTE - RO.
41	8207343235	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (656,16M²) NA CIDADE DE NOVA BRASILÂNDIA - RO.
42	8207343229	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (656,16M²) NA CIDADE DE ROLIM DE MOURA - RO.

ENG. JOSÉ EDUARDO GUIDI - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (disponível no site oficial do CREA-RO)

Nº	Nº ART	ÓRGÃO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS
43	8207342185	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE GRANDE PORTE (2.112,45M²) NA CIDADE DE ARIQUEMES - RO.
44	8207343138	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE GRANDE PORTE (2.112,45M²) NA CIDADE DE JI-PARANÁ - RO.
45	8207342180	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE GRANDE PORTE (2.112,45M²) NA CIDADE DE VILHENA - RO.
46	8207343160	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE GRANDE PORTE (2.112,45M²) NA ZONA LESTE DA CIDADE DE PORTO VELHO - RO.
47	8207343167	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE GRANDE PORTE (2.112,45M²) NA ZONA NORTE DA CIDADE DE PORTO VELHO - RO.
48	8207343237	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (656,16M²) NA CIDADE DE ALVORADA D.OESTE - RO.
49	8207343199	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (656,16M²) NA CIDADE DE COLORADO - RO.
50	8207353494	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA COM 4.675,6 M² NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO
51	8207416829	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DO BOMBEIRO MIRIM NO MUNICÍPIO DE JARU/RO.
52	8207287134	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DO PARQUE AÇAÍ COM REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ GAÚCHO, NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.
53	8207310811	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À CONSTRUÇÃO DO PARQUE BURITIS, COM REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, DO CANAL CENTRAL, NO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO.
54	8207287131	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À CONSTRUÇÃO DO PARQUE CASTANHEIRAS COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ INFERNINHO, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
55	8207428292	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DO PARQUE DO BOSQUE COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO, REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL IGARAPÉ DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO.
56	8207352371	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À CONSTRUÇÃO DO PARQUE JARU COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ NO MUNICÍPIO DE JARU/RO.
57	8207287138	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À CONSTRUÇÃO DO PARQUE PAINEIRAS COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ PINTADO, NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO.
58	8207435919	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
59	8207347194	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO ALTERNATIVO DE PORTO VELHO, SITUADO NA AV. GOV. JORGE TEIXEIRA NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A INTERSECÇÃO COM A RUA APARÍCIO MORAES (PRÓXIMO AO HOSPITAL DE BASE DR. ARY PINHEIRO) E A INTERSECÇÃO COM A AV. LAURO SODRÉ (ADIACENTE AO ACESSO DO ESTACIONAMENTO DO AEROPORTO INT. GOV. JORGE TEIXEIRA)
60	8207352412	DER/RO	COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ATINENTES À CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA COM 4.800,00 M², NO DISTRITO DE NOVA CALIFÓRNIA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
ESTUDOS, LAUDOS, EXECUÇÃO			
61	8207390519	DER/RO	ELABORAÇÃO - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA FINS EXPROPRIATÓRIOS
62	8207127890	DER/RO	ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO SOBRE O TRÂNSITO GERADO PELA CONSTRUÇÃO DO CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE RONDÔNIA - CPA
63	8207179871	DEOSP / RO	ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO SOBRE O TRÂNSITO GERADO PELA CONSTRUÇÃO DO TEATRO ESTADUAL DE RONDÔNIA
64	8207369469	DER/RO	ELABORAÇÃO DE PERÍCIA - LAUDO PERICIAL COM VISTAS A IDENTIFICAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE PATOLOGIA, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS, ORIUNDAS DA EXECUÇÃO NO EDIFÍCIO SEDE DO TCE.
65	8207515308	DER/RO	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - RIV, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO EM PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL JUNTO A SEDAM/RO, REFERENTE A OBRA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA ESPAÇO ALTERNATIVO DE PORTO VELHO, SITUADO NA AV. GOV. JORGE TEIXEIRA NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A INTERSECÇÃO COM A RUA APARÍCIO MORAES (PRÓXIMO AO HOSPITAL DE BASE DR. ARY PINHEIRO) E A INTERSECÇÃO COM A AV. LAURO SODRÉ (ADIACENTE AO ACESSO DO ESTACIONAMENTO DO AEROPORTO INT. GOV. JORGE TEIXEIRA); TOTALIZANDO UMA ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 177.778,40 M².
66	8207430026	DER/RO	ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE IMPACTO SOBRE O TRÂNSITO PARA O EMPREENDIMENTO DENOMINADO NOVO ESPAÇO ALTERNATIVO, CÁLCULOS DE CAPACIDADE PARA INTERSECÇÕES DO TIPO: ROTATÓRIAS, SEMAFORIZADAS E ORDEM DE PRIORIDADE.
67	8207430031	DER/RO	ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE IMPACTO SOBRE O TRÂNSITO PARA O EMPREENDIMENTO DENOMINADO NOVO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, CÁLCULOS DE CAPACIDADE PARA INTERSECÇÕES DO TIPO: ROTATÓRIAS, SEMAFORIZADAS E ORDEM DE PRIORIDADE.
68	8202046789	PREFEITURA MUNICIPAL	EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA CASA DA GESTANTE DE MACHADINHO D'OESTE, CONFORME PROJETOS ARQUITETÔNICOS ESTRUTURAIS ELÉTRICOS E HIDROSSANITÁRIOS
69	188366	PREFEITURA MUNICIPAL	EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE SÃO MARCOS, SENDO UMA ÁREA EM ALVENARIA DE 80,10M² EXECUÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO HIDROSSANITÁRIOS ARQUITETÔNICO CORTES E FACHADAS, SERVIÇOS ESTES A SER EXECUTADOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI/RO. - CARTA CONVITE 045/CP/2006 - PROCESSO 315/2006
FISCALIZAÇÃO			
70	8207148124	DEOSP / RO	FISCALIZAÇÃO - CONSTRUÇÃO DE ANEXO DO PRÉDIO DO COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME CONTRATO
71	8207148122	DEOSP / RO	FISCALIZAÇÃO - REFORMA GERAL DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA, CONFORME CONTRATO
72	8207148112	DEOSP / RO	FISCALIZAÇÃO - REFORMA GERAL NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL HERBERT ALENCAR
73	8207148115	DEOSP / RO	FISCALIZAÇÃO - REFORMA GERAL NO PRÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JÂNIO DA SILVA QUADROS, CONFORME CONTRATO.
74	8207145957	DEOSP / RO	FISCALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO COM CAPACIDADE DE 470 VAGAS.

ENG. JOSÉ EDUARDO GUIDI - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (disponível no site oficial do CREA-RO)

Nº	Nº ART	ÓRGÃO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS
75	8207345030	DER/RO	FISCALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PARQUE AÇAI - CANAIS DA CIDADANIA - ARIQUEMES/RO COM REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ GAÚCHO (650M) ONDE PARTE DO CANAL É SUBTERRÂNEO (200M) E O RESTANTE É ABERTO. REVESTIDO EM CONCRETO(450M).
76	8207345041	DER/RO	FISCALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PARQUE PAINEIRAS - CANAIS DA CIDADANIA - JI-PARANÁ/RO COM REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ PINTADO (870M).
77	8207163193	DEOSP / RO	FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA 2ª FASE DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
78	8207406686	DER/RO	FISCALIZAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DA JUNTA DE DILATAÇÃO DA PASSARELA DO TCE/RO.
ORÇAMENTOS			
79	8207467304	DER/RO	ORÇAMENTO (ADITIVO) ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO BOMBEIRO MIRIM, NO MUNICÍPIO DE JARU/RO.
80	8207399921	DER/RO	ORÇAMENTO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO PARQUE PAINEIRAS COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ PINTADO, NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO. FOI REALIZADO ADAPTAÇÃO DE PROJETOS, ONDE ÁREA PASSA A SER: 33.222,90 M²
81	8207367561	DER/RO	ORÇAMENTO ATINENTE À CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA(4450,00M²), NA RUA BARTOLOMEU BUENO, ENTRE AVENIDAS INDEPENDÊNCIA E RIACHUELO, BAIRRO: CTG, NO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO/RO.
82	8207287331	DER/RO	ORÇAMENTO REFERENTE AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE AÇAI, REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ GAÚCHO NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.
83	8207312214	DER/RO	ORÇAMENTO REFERENTE AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE BURITIS, COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO CANAL CENTRAL NO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO.
84	8207287323	DER/RO	ORÇAMENTO REFERENTE AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE CASTANHEIRAS, COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ INFERNINHO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
85	8207312242	DER/RO	ORÇAMENTO REFERENTE AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE GUANABARA, COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO CANAL DOS TANQUES NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
86	8207287338	DER/RO	ORÇAMENTO REFERENTE AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE PAINEIRAS, COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ PINTADO NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO.
87	8207440165	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO, ATINENTE À INSTALAÇÃO DOS TOTENS DO P.R.M., NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
88	8207378561	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE SERVIÇOS, COTAÇÕES E COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO ALUIZIO FERREIRA DE OLIVEIRA, DE 7.038,21 M² (REFORMA E AMPLIAÇÃO), NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO. EM REFERÊNCIA À ART. DE COORDENAÇÃO 8207311884.
89	8207351424	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE JARU.
90	8207432021	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS PARA O PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO
91	8207365952	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, ATINENTE À CONSTRUÇÃO DO PARQUE JARU COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ, NA RUA PERNAMBUCO ENTRE RUAS PADRE CHIQUINHO E RIO DE JANEIRO, NO MUNICÍPIO DE JARU/RO
92	8207377992	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, ATINENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO ALUIZIO FERREIRA DE OLIVEIRA, DE 7.038,21 M² (REFORMA E AMPLIAÇÃO), NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
93	8207349985	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, ATINENTE À CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA /RO, DISTRITO DE RIO BRANCO DE 3.000M².
94	8207377964	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO "CENTRO DE REFERÊNCIA DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA - CREPAD", NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO.
95	8207377969	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO "CENTRO DE REFERÊNCIA DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA - CREPAD", NO MUNICÍPIO DE CACADAL/RO.
96	8207377972	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO "CENTRO DE REFERÊNCIA DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA - CREPAD", NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
97	8207377975	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO "CENTRO DE REFERÊNCIA DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA - CREPAD", NO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO.
98	8207368126	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA (21.106,30 M²) NA RUA JOSÉ ANCHIETA C/ RUA PRESIDENTE KENNEDY, NO MUNICÍPIO DE CACAL.
99	8207428295	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DO PARQUE DO BOSQUE COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, IGARAPÉ DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE.
100	8207397884	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA O PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO PARQUE BURITIS, COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO CANAL CENTRAL, MUNICÍPIO DE BURITIS / RO.
101	8207439245	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA O PROJETO PERTINENTE A CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - COE, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
102	8207431101	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA O PROJETO PERTINENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES POLICIAIS, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO
103	8207350966	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS ATINENTES A REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO ALTERNATIVO DE PORTO VELHO, SITUADO NA AV. GOV. JORGE TEIXEIRA NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A INTERSECÇÃO COM A RUA APARICIO MORAES(PRÓXIMO AO HOSPITAL DE BASE DRº ARY PINHEIRO) E A INTERSECÇÃO COM A AV. LAURO SODRÉ ADJACENTES AO ACESSO DO ESTACIONAMENTO DO AEROPORTO INTER. GOV. JORGE TEIXEIRA).

ENG. JOSÉ EDUARDO GUIDI - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (disponível no site oficial do CREA-RO)

Nº	Nº ART	ÓRGÃO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS
104	8207350817	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE OURO PRETO DO OESTE - RO.
105	8207384362	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS, EM JI-PARANÁ/RO.
106	8207362900	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE GRANDE PORTE COM UMA ÁREA DE 2.112,45 M², NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO - ZONA SUL.
107	8207381209	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE DESPORTO E LAZER - CEDEL, NO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D. OESTE.
108	8207373483	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA FISCAL, NO MUNICÍPIO DE COLORADO D. OESTE, DE 170,87 M².
109	8207371712	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA FISCAL, NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICE.
110	8207384361	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS, EM ROLIM DE MOURA/RO.
111	8207384359	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS, EM VILHENA/RO.
112	8207435886	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA (119.689,42 M²) NA RUA VINTE E CINCO DE AGOSTO, NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO.
113	8207435976	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO, ATINENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
114	8207416831	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, ATINENTES A CONSTRUÇÃO DO BOMBEIRO MIRIM, NO MUNICÍPIO DE JARU/RO.
115	8207354421	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ATINENTES A CONSTRUÇÃO DO PARQUE JARU COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ NO MUNICÍPIO DE JARU.
116	8207354409	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA SITUADA EM CULUBIM/RO.
117	8207354198	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA SITUADA EM GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO.
118	8207381213	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE DESPORTO E LAZER - CEDEL, NO MUNICÍPIO DE BURITIS.
119	8207371704	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA FISCAL, NO MUNICÍPIO DE GUIAÍARÁ MIRIM, DE 172,68 M².
120	8207371709	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA FISCAL, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO D. OESTE.
121	8207371707	DER/RO	ORÇAMENTO, MEMORIA DE CÁLCULO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, COTAÇÕES, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS DE SERVIÇOS, PARA OS PROJETOS PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA FISCAL, NO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO.
			PROJETOS
122	8207352754	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE DRENAGEM ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA COM 4800,00 M², NO DISTRITO DE NOVA CALIFORNIA MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.
123	8207428294	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE ANTE-PROJETO DE DRENAGEM RELATIVO A REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO BOSQUE DE OURO PRETO DO OESTE, SITUADO NA AV CAPITÃO SILVIO GONÇALVES DE FARIAS COM RUA DIOSORQUE.
124	8207349986	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DRENAGEM ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, DISTRITO DE RIO BRANCO DE 3.000 M².
125	8207350756	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE DRENAGEM DO PROJETO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE OURO PRETO DO OESTE - RO.
126	8207467298	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO (ADITIVO) HIDROSSANITÁRIO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO BOMBEIRO MIRIM, NO MUNICÍPIO DE JARU/RO.
127	8207440884	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE DRENAGEM, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE NÚCLEO DE CRIMINALÍSTICA - NUCRIM, EM JI-PARANÁ / RO.
128	8207439213	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DRENAGEM, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO COE, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
129	8207430764	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DRENAGEM, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO.
130	8207427443	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DRENAGEM, ATINENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CIOF, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
131	8207428364	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DRENAGEM, ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 5º BATALHÃO - PM, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
132	8207416832	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO ESTRUTURAL DE CONCRETO ARMADO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO BOMBEIRO MIRIM, NO MUNICÍPIO DE JARU/RO.
133	8207439218	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO ESTRUTURAL DE CONCRETO ARMADO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO COE, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
134	8207430757	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO ESTRUTURAL DE CONCRETO ARMADO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO.
135	8207427441	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO ESTRUTURAL DE CONCRETO ARMADO, ATINENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CIOF, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
136	8207428370	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO ESTRUTURAL DE CONCRETO ARMADO, ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 5º BATALHÃO - PM, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
137	8207416833	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO HIDRÁULICO ATINENTES A CONSTRUÇÃO DO BOMBEIRO MIRIM, NO MUNICÍPIO DE JARU/RO.

ENG. JOSÉ EDUARDO GUIDI - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (disponível no site oficial do CREA-RO)

Nº	Nº ART	ÓRGÃO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS
138	8207428363	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO HIDRÁULICO ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 5º BATALHÃO - PM. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
139	8207427435	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO HIDRÁULICO ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CIOP. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
140	8207435937	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO HIDRÁULICO ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
141	8207439226	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO HIDRÁULICO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO COE. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
142	8207430760	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO HIDRÁULICO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO
143	8207416834	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO HIDROSSANITÁRIO ATINENTES A CONSTRUÇÃO DO BOMBEIRO MIRIM. NO MUNICÍPIO DE JARU/RO.
144	8207439225	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO INCÊNDIO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO COE. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
145	8207430766	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO INCÊNDIO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO
146	8207427446	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO INCÊNDIO, ATINENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CIOP. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
147	8207428367	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO INCÊNDIO, ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 5º BATALHÃO - PM. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
148	8207435943	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO INCÊNDIO, ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
149	8207435939	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO SANITÁRIO ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
150	8207439239	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO SANITÁRIO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO COE. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
151	8207430759	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO SANITÁRIO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO
152	8207427445	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO SANITÁRIO, ATINENTE A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CIOP. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
153	8207428369	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO SANITÁRIO, ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 5º BATALHÃO - PM. NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
154	8207459561	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO: ARQUITETÔNICO, ACESSIBILIDADE. ATINENTE A REFORMA DA CEDEL, LOCALIZADO NA RUA ANDRÉIA ESQUINA COM RUA SÃO FRANCISCO MANOEL, BAIRRO: APOINIB, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO
155	8207459568	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO: DRENAGEM, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ATINENTE A REFORMA DA CEDEL, LOCALIZADO NA RUA ANDRÉIA ESQUINA COM RUA SÃO FRANCISCO MANOEL, BAIRRO: APOINIB, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO
156	8207459538	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO: ESTRUTURAL, ELÉTRICO ATINENTE A REFORMA DO CEDEL, LOCALIZADO NA RUA ANDRÉIA ESQUINA COM RUA SÃO FRANCISCO MANOEL, BAIRRO: APOINIB, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO
157	8207363001	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, DE GRANDE PORTE (2.112,45 M²), NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO - ZONA SUL.
158	8207354415	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95M²), NA CIDADE DE CUIJUBIM/RO.
159	8207354415	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95M²), NA CIDADE DE CUIJUBIM/RO.
160	8207351422	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95M²), NA CIDADE DE JARU.
161	8207360254	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²), NA CIDADE DE BURITIS/RO.
162	8207360829	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²), NA CIDADE DE ESPÍGAO D. OESTE/RO
163	8207360873	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²), NA CIDADE DE NOVA MAMORÉ/RO.
164	8207350781	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE HIDROSSANITÁRIO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE OURO PRETO DO OESTE - RO.
165	8207362998	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE HIDROSSANITÁRIO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, GRANDE PORTE (2.112,45 M²), NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO - ZONA SUL.
166	8207360247	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²), NA CIDADE DE BURITIS
167	8207360824	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²), NA CIDADE DE ESPÍGAO D. OESTE
168	8207360871	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²), NA CIDADE DE NOVA MAMORÉ/RO.
169	8207350767	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO ATINENTE A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE OURO PRETO DO OESTE - RO.
170	8207350812	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÃO, SUPERESTRUTURA E MADEIRA, PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (UNISP) DE PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE OURO PRETO DO OESTE - RO.
171	8207362904	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL EM CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÃO, SUPERESTRUTURA E MADEIRA, PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, DE GRANDE PORTE (2.112,45 M²), NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO - ZONA SUL.
172	8207354412	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL EM CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÃO, SUPERESTRUTURA E MADEIRA, PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE CUIJUBIM/RO.
173	8207351421	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL EM CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÃO, SUPERESTRUTURA E MADEIRA, PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95M²) NA CIDADE DE JARU.
174	8207360818	DER/RO	PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL EM CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÃO, SUPERESTRUTURA, E MADEIRA PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE ESPÍGAO D. OESTE

ENG. JOSÉ EDUARDO GUIDI - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (disponível no site oficial do CREA-RO)

Nº	Nº ART	ÓRGÃO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS
175	8207360230	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL EM CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÃO, SUPERESTRUTURA, E MADEIRA PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE BURITIS
176	8207360859	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL EM CONCRETO ARMADO PARA FUNDAÇÃO, SUPERESTRUTURA, E MADEIRA PERTINENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE NOVA MAMORÉ
177	8207360250	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDROSSANITÁRIO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE BURITIS/RO.
178	8207351429	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDROSSANITÁRIO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE JARU
179	8207360827	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDROSSANITÁRIO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE ESPÍGAO D. OESTE.
180	8207360872	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDROSSANITÁRIO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE NOVA MAMORÉ/RO.
181	8207354414	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDROSSANITÁRIO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE CUIUBIM/RO.
182	8207354418	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE CUIUBIM/RO.
183	8207351428	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, EM PEQUENO PORTE (678,95 M²) NA CIDADE DE JARU.
184	8207435878	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DRENAGEM, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA (119.689,42 M²) NA RUA VINTE E CINCO DE AGOSTO, NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO.
185	8207435860	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO HIDRÁULICO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA (119.689,42 M²) NA RUA VINTE E CINCO DE AGOSTO, NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO.
186	8207435851	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO SANITÁRIO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA (119.689,42 M²) NA RUA VINTE E CINCO DE AGOSTO, NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO.
187	8207427442	DER/RO	PROIETO - ELABORAÇÕES DE PROJETOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO "TIPO" PARA OS ELEMENTOS DO CADERNO DE PADRONIZAÇÃO A SEREM UTILIZADOS EM ÁREA VERDE DE LAZER, PÚBLICA, AO LONGO DAS MARGENS DE CÓRREGO EM ÁREA URBANIZADA (PARQUE URBANO LINEAR); A SER APLICADO EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - PROGRAMA CANAIS DA CIDADANIA.
188	8207455097	DER/RO	PROIETO - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS: 2 TENDAS 10X20; 1 PALCO 5X5; 1 TRELIÇA 3X4
189	8207499593	DER/RO	PROIETO - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS NO TEATRO ESTADUAL PALÁCIO DAS ARTES RONDÔNIA:
190	8207455868	DER/RO	PROIETO - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS: 2 TENDAS 10X20; 1 PALCO 5X5; 1 TRELIÇA 3X4
191	8207435946	DER/RO	PROIETO - PROJETO - ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DRENAGEM, ATINENTES A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.
192	8207398336	DER/RO	PROIETO - READEQUAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DO PARQUE AÇAÍ COM REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ GAUCHO, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 31.516,20 M², NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES / RO.
193	8207397886	DER/RO	PROIETO - READEQUAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE DRENAGEM, COM 534,96 METROS LINEARES, ATINENTE A CONSTRUÇÃO DO PARQUE BURITIS, COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO CANAL CENTRAL, MUNICÍPIO DE BURITIS / RO.
194	8207393922	DER/RO	PROIETO DE CANALIZAÇÃO A CÉU ABERTO ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DO PARQUE PAINEIRAS COM REGULARIZAÇÃO E REVESTIMENTO DO LEITO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, URBANÍSTICA E PAISAGÍSTICA DO IGARAPÉ PINTADO, NO MUNICÍPIO DE JI-PARANA/RO. EXTENSÃO LINEAR: 1.037,11M; REVESTIMENTO: MISTO (CONCRETO COM GEOCÉLULAS + SOLO COM GEOTÊXTIL); INCLUINDO O PROJETO ESTRUTURAL DA CANALIZAÇÃO DOS CONDUTORES DE SEÇÃO TRAPEZOIDAL E SEÇÃO U; FOI REALIZADO READAPTAÇÃO DE PROJETOS, ONDE ÁREA PASSA A SER: 33.222,90 M²
195	8207312241	DER/RO	PROIETO DE CANALIZAÇÃO A CÉU ABERTO DO CANAL CENTRAL, NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE BURITIS, MUNICÍPIO DE BURITIS/RO. EXTENSÃO: 486,00 METROS LINEARES SEÇÃO: TRAPEZOIDAL REVESTIMENTO: MISTO (CONCRETO COM GEOCÉLULAS + SOLO COM GEOTÊXTIL)
196	8207312245	DER/RO	PROIETO DE CANALIZAÇÃO A CÉU ABERTO DO CANAL DOS TANQUES, NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE GUANABARA, MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO. EXTENSÃO: 620,00 METROS LINEARES SEÇÃO: TRAPEZOIDAL REVESTIMENTO: MISTO (CONCRETO COM GEOCÉLULAS + SOLO COM GEOTÊXTIL)
197	8207287350	DER/RO	PROIETO DE CANALIZAÇÃO A CÉU ABERTO DO IGARAPÉ INFERNINHO, NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE CASTANHEIRAS, MUNICÍPIO DE PORTO VELHO. EXTENSÃO: 470,00 METROS LINEARES SEÇÃO: TRAPEZOIDAL REVESTIMENTO: MISTO (CONCRETO COM GEOCÉLULAS + SOLO COM GEOTÊXTIL)
198	8207287357	DER/RO	PROIETO DE CANALIZAÇÃO A CÉU ABERTO DO IGARAPÉ PINTADO, NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE PAINEIRAS, MUNICÍPIO DE JI-PARANA. EXTENSÃO: 870,00 METROS LINEARES SEÇÃO: TRAPEZOIDAL REVESTIMENTO: MISTO (CONCRETO COM GEOCÉLULAS + SOLO COM GEOTÊXTIL)
199	8207363006	DER/RO	PROIETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, ATINIENTE A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - UNISP, DE PORTE GRANDE (2.112,45 M²), NA CIDADE DE PORTO VELHO - ZONA SUL.
200	8207440395	DER/RO	PROIETO ESTRUTURAL DOS TOTES INDICATIVOS DO P.R.M. EM CONCRETO PASSIVO DE 20MPA, COM 40,00 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA
201	8207369543	DER/RO	PROIETO EXECUTIVO PARA SANEAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES DO LAUDO PERICIAL DO EDIFÍCIO SEDE DO TCE.

JOSÉ EDUARDO
GUIDE02015425950

Anexo de homologação em PDF
CRA-RO/RO/2017/5425950
Data: 02/03/2017 14:48:48



Curso de Engenharia Civil reconhecido pela Lei nº 1254, de 04 de dezembro de 1950, publicado no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 1950.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE TECNOLOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Registrado às fls. 25 do Livro Próprio nº 001 sob o nº 0642.

Secretaria da Coordenação do Curso de Engenharia Civil em 09/05/2000.

O PRESENTE DIPLOMA FOI APRESENTADO NESTE CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA - ESTADO DO PARANÁ NESTA DATA PARA REGISTRO.

CURITIBA, 21 DE Agosto DE 2000.

FUNCIONÁRIO: *Fedwoc903*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Gabinete do Reitor - Divisão de Registro Geral

Por delegação de competência do D.A.U., Portaria nº 71, de 21/10/77, Portaria da SESU, nº 30, de 23/05/79, e nos termos da Portaria Ministerial nº 726, de 21/10/77.
Diploma registrado sob nº 52852, no livro UF-116, Fls. 464, Proc. 26645/00-22
Curitiba, 21 de agosto de 2000

Erivaldo

Erivaldo Ferreira Taveira
Diretor da Divisão de Registro Geral

Por delegação de competência, de acordo com art. 6º do Decreto nº 83.937/79 e nos termos da Portaria nº 679, de 30/11/99 do Reitor da UFPR.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 39, DE 2023

(n° 280/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO GUIDI, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 280

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO GUIDI, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 19 de junho de 2023.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 359/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO GUIDI, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2023, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4348342** e o código CRC **53F7972A** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

EXTRATO DO CURRÍCULO

Eng. José Eduardo Guidi

- Eng. Civil graduado pela UFPR. Especialista em Gestão Pública pelo INSPER/SP, com anotação de mérito acadêmico. Proferiu Aula Magna à 4ª turma de pós-graduação em gestão pública do INSPER/SP.
- Perito Técnico Judicial atuante no TRF-1/TJDFT/TJMG/TJMT/TJRO. *Expert* em mais de três centenas de provas periciais a serviço do Poder Judiciário. Membro do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE).
- Consultor da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), 2020/2021/2022.
- Coord./Dir. Op. Dep. Estradas de Rodagem/Transp. do Estado de Rondônia, 2011/14. Projetista, orçamentista e fiscal em dezenas de obras públicas. Executor de obras de destaque no Estado do Paraná a exemplo do Ed. Sede do CRC/PR e a Tenso-Estrutura do Pq. Ciência.
- Painelista no evento *Reequilíbrio Econômico-Financeiro de Contratos de Obras Públicas* da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Conhecimento), Rio de Janeiro, 2022.
- Palestrante no Ciclo de Debates Regionais “*O Labirinto das Obras Públicas*”, 2020-21-22, e no 92º Encontro Nacional da Indústria da Construção (**ENIC**), Brasília, 2020.
- **AUTOR do livro** “*Engenharia legal aplicada ao labirinto das obras públicas: soluções aos aspectos subjetivos da legislação*”, São Paulo: Leud, 2022.
- **AUTOR premiado no XX e no XXI Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias** (A Súmula Nº 247 do TCU e o Dilema do Parcelamento do Objeto nas Contratações de Obras Públicas / Reversão de Laudos de Investigação das Autoridades Policial e Marítima por Aplicação dos Preceitos da Engenharia Legal).
- **AUTOR do Boletim Técnico BTec. 009/2020** “*Engenharia Legal Aplicada a Prova Pericial de Engenharia em Obras Fiscalizadas pelos Tribunais de Contas*” do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE). **CO-AUTOR do livro** “*Coletânea técnica de avaliações e perícias: boletins técnicos baseados no estado da arte e normas técnicas aplicáveis*.” São Paulo: Leud, 2021. **AUTOR colaborador da Revista Técnica** do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de Minas Gerais (IBAPE/MG), 2020.
- Instrutor contratado por órgãos da Administração para ministrar capacitações em gestão pública e contratos de obra de engenharia.



ATUAÇÕES DE REFERÊNCIA

Participação em eventos

5º ENCONTRO NACIONAL DAS ESTATAIS (Zênite, Brasília - 2022)

Painel ministrado: REVISÃO DOS CONTRATOS DE OBRAS

Ref: Dra. Anadricea Vicente de Almeida. Fone: (41) 99183-3391.

2º ENCONTRO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA (Zênite, Curitiba - 2022)

Painel ministrado: REVISÃO E A MATRIZ DE ALOCAÇÃO DOS RISCOS NOS CONTRATOS DE OBRAS

Ref: Dra. Anadricea Vicente de Almeida. Fone: (41) 99183-3391.

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS EM CONTRATOS DA CONSTRUÇÃO (IBAPE, B.H. - 2022)

Painel ministrado: DESEQUILÍBRIO DE OBRAS PÚBLICAS

Ref: Dr. Luis Otávio Rosa. Fone: (11) 99141-4041.

FÓRUM NORTE NORDESTE DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (João Pessoa - 2022)

Debatedor no painel: OBRAS PARALISADAS E OS EXCESSOS DE BUROCRACIA

Ref: Dr. Marcos Holanda. Fone: (82) 99981-4252.

Trabalhos de destaque

VALEC FERROVIAS S.A. (Brasília, 2022)

Análise de vantajosidade de prorrogação contratual e desequilíbrios financeiros referentes aos Lotes 05 e 07 da Ferrovia Integração Oeste-Leste (FIOL).

Ref: Dra. Renata Scuderi. Fone: (61) 98188-1159.

SESI/SP (São Paulo, 2022)

Elaboração do normativo balizador à análise e processamento de pleito de desequilíbrios econômico-financeiros em contratos do Sesi/SP.

Ref: Dr. Gunnar Troppmair. Fone: (11) 94244-2786.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU (Rio de Janeiro, 2022)

Laudo particular de avaliação de gleba urbanizável para estabelecimento de valor de mercado.

Homologado pela SPU no âmbito dos autos administrativos de n. 19739.101792/2022-56

Ref: Dr. Vinícius Benevides. Fone: (21) 99786-7002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - MPMT (Cuiabá, 2021)

Aprovação de pleito de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial em contrato de obra pública à construção da sede das Promotorias de Várzea Grande.

Ref: Dr. Darren Leandro. Fone: (62) 98204-4333.

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 10:38:55 -04'00'

OUTRAS INFORMAÇÕES COMERCIAIS DE REFERÊNCIA

Referências comerciais no espectro de atuação da engenharia legal:

Construtora Sanches Tripoloni Ltda x Prefeitura Municipal de Maringá

Proc. 0010015-58.2019.8.16.0190 (TJPR).
Eng. Danielle Nardino. Fone: (44) 99139-1565.

Madecon Eng. Participações Ltda x Dep. Estradas Rodagem Inf. Rondônia

Proc. 7003933-74.2017.8.22.0001 (TJRO).
Dir. Glauco Omar Cella. Fone: (69) 99981-9002.

Dimensional Engenharia Ltda x Município do Rio de Janeiro

Proc. 0030141-28.2022.8.19.0001 (TJRJ).
Dir. Vinícius Benevides. Fone: (21) 99786-7002.

Vianorte S.A. (ARTERIS) x Ag. Reguladora S. P. D. Transp. São Paulo (ARTESP)

Proc. 1035001-06.2019.8.26.0053 (TJSP).
Dr. Fernando Vernalha. Fone: (41) 98808-1374.

Squadra Engenharia e Incorporação x Min. Público do Estado do Mato Grosso

Proc. 20.14.0001.0007069/2019-74 (MPMT).
Dir. Adm. Darren Leandro (Squadra). Fone: (62) 98204-4333.

Ademaldo Construções e Projetos Ltda x Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO)

Proc. 201811000251281 (TJGO).
Dir. Jacielly Jacob. Fone: (62) 99977-5794.

Referências Profissionais:

Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia

Eng. Amarilio da Silva Mattos Junior – Presidente
Fone: (71) 98102-4115

Vernalha Guimarães & Pereira Advogados

PHD, Dr. Fernando Vernalha Guimarães
Fone: (41) 98808-1374

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Juíza de Direito, Dra. Grace Anny de Souza Monteiro.
Fone: (69) 3211-2436

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 10:39:07 -04'00'

1. as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos;

2020 – Atual – Eng. Consultor

2017 – Atual – Instrutor Administração Pública

2011 – Atual – Engenheiro avaliador credenciado em diversas entidades do ramo financeiro

2008 – Atual – Perito Judicial atuante do TRF-1, TJRO, TJMT, TJMG e TJDF

2011 – 2015 – Coordenador e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia (DER/RO)

2009 – 2011 – Projetista e Fiscal no Departamento de Obras e Serviços Públicos de Rondônia (DEOSP) – cedido pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

2000 – 2009 - Responsável Técnico pela Guidi Engenharia LTDA. Execução de obras civis e de saneamento.

2000 – 2000 – Responsável Técnico pela E.M.Sucharski LTDA. Execução de obras civis e de saneamento.

2. a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação;

<http://lattes.cnpq.br/1377094820704541>

GUIDI, J. E. Engenharia legal aplicada ao labirinto das obras públicas: soluções aos aspectos subjetivos da legislação. 01. ed. São Paulo: Leud, 2022. v. 01. 352p.

GUIDI, J. E. Boletim Técnico BTEC N° 2020/009: Engenharia Legal Aplicada à Prova Pericial de Engenharia em Obras Fiscalizadas pelos Tribunais de Contas. In: Vários autores. (Org.). Coletânea técnica de avaliações e perícias: boletins técnicos baseados no estado da arte e normas técnicas aplicáveis. 01ed. São Paulo: Leud, 2021, v. 01, p. 137-167.

GUIDI, J. E. Metodologia ao Restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro Inicial em Contratos de Obras Públicas: O choque de mercado na abordagem do valor de mercado. Revista INCP - Instituto Nacional da Contratação Pública, Curitiba/PR, p. 109 - 130, 01 fev. 2023.

GUIDI, J. E. Engenharia legal aplicada: caso real de aplicação indevida do regime de contratação integrada. Revista Técnica - IBAPE/MG, Belo Horizonte/MG, p. 34 - 35, 01 set. 2020.

GUIDI, J. E. Engenharia legal aplicada: o dilema da visita técnica em licitações de obras públicas de engenharia. Revista Técnica - IBAPE/MG, Belo Horizonte/MG, p. 36 - 37, 01 set. 2020.

GUIDI, J. E.; CALDEIRA, V. R. . Acidente Fatal - Reversão de Laudos de Investigação das Autoridades Policial e Marítima por Aplicação dos Preceitos da Engenharia Legal. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Disponível em: < <https://ibape-nacional.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2021/11/69-ACIDENTE-FATAL->

REVERS%C3%83O-DE-LAUDOS-DE-INVESTIGA%C3%87%C3%83O-DAS-AUTORIDADES-POLICIAIS-E-MAR%C3%8DTIMAS-POR-APLICA%C3%87%C3%83O-DOS-PRECEITOS-DA-ENGENHARIA-LEGAL.pdf>.

GUIDI, J. E. Proposta Metodológica para Análises Periciais em Alterações de Contratos Público-Privados de Obras de Engenharia. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Disponível em: <<https://ibape-nacional.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2020/02/AO-12-Engenharia-Legal-Aplicada-Proposta-Metodol%C3%B3gica.pdf>>.

GUIDI, J. E. A Súmula Nº 247 do TCU e o Dilema do Parcelamento do Objeto nas Contratações de Obras Públicas de Engenharia. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Disponível em: <<https://ibape-nacional.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2020/02/AO-03-Engenharia-Legal-Aplicada-A-Sum%C3%BAla-N%C2%BA-247-do-TCU.pdf>>.

JOSE EDUARDO GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 10:37:39 -04'00'

RELAÇÃO DE PERÍCIAS EXECUTADAS (Período 2008 - 2023)

Nº	PROCESSO	PARTES	VARA	JUSTIÇA	ESTADO	CIDADE	TIPO
1	5031079-36.2019.8.13.0024	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS X FUNDAÇÃO DOM BOSCO	1ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE/MG	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
2	7011360-70.2019.8.22.0007	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA X MUNICÍPIO DE CACAOAL	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	CACAOAL/RO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
3	2007.41.01.001957-5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL X IVO NARCISO CASSOL	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
4	2007.41.01.003539-1	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL X IVO NARCISO CASSOL	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
5	2008.41.01.001934-2	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL X COMÉRCIO CONSTRUTORA CONSTRUCEU	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
6	2008.41.01.002611-1	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL X IVO NARCISO CASSOL	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
7	0004090-77.2015.4.01.4101	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL X AUGUSTO TUNES PLACA	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
8	1000107-14.2019.4.01.4101	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL X LUCIO MARTINS FONTE	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
9	0135188-42.2001.8.22.0001	MIN. PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA X C. NETO – CONST. INC. LTDA	2ª VARA FAZ. PÚBLICA	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
10	2003.41.00.001067-0	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL X HERALDO FROES RAMOS	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
11	0003674-68.2017.8.11.0111	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO X MARCELO ANTONIO BALBINOT	VARA ÚNICA	ESTADUAL	MATO GROSSO	MATUPÁ/MT	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
12	0001551-41.2015.4.01.4101	UNIÃO FEDERAL X EUCATUR – EMP. UNIÃO CASCAVEL TRANSP. T. LTDA	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	AValiação
13	0207503-29.2005.8.22.0001	BRITATTEC Com. Ltda X ADEBAL LIMA DE ALENCAR SOUZA	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
14	2007.41.00.004995-7	UNIÃO FEDERAL X AEROCULUBE DE RONDÔNIA	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
15	0235238-32.2008.8.22.0001	ANTÔNIO ALVES DE LACERDA FILHO X MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	1ª VARA FAZ. PÚBLICA	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
16	003540-56.2013.4.01.4100	MARIA IRACY BERNARDES DE SOUSA MIRANDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
17	0011927-26.2014.4.01.4100	NOVO HORIZONTE ADM. PART. E EMPREEND. IMOB. S/A X INST. NACIONAL DE COLON. REF. AGRÁRIA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
18	0733687-95.2016.8.22.0001	COND. RES. PARK JAMARI X EMBRASCON EMPRESA BRASILEIRA DE CONST. CIVIL LTDA	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
19	7042037-72.2016.8.22.0001	SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. X FERNANDO ANTONIO CONDE	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
20	7028012-83.2018.8.22.0001	SONIA BURGARELLI AMARAL MARIANO X REGINALDO CICERO MARIANO	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
21	1000786-70.2021.8.11.0111	BEMISA – BRASIL EXP. MINERAL S/A X ESPÓLIO DE FAISAL IBRAHIM ABDULRAHMAN YOUNES	VARA ÚNICA	ESTADUAL	MATO GROSSO	MATUPÁ/MT	AValiação
22	0015329-24.2014.4.01.3600	CARLOS REINERS X UNIÃO FEDERAL	4ª VARA FAZ. PÚBLICA	FEDERAL	MATO GROSSO	CUIABÁ/MT	AValiação
23	1001968-04.2020.4.01.4100	ZULEIDE FERNANDES RAUIN X DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. – DNIT	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
24	5001812-73.2020.8.13.0027	HUGO MOURA DE SOUZA X VALE S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	MINAS GERAIS	BETIM/MG	AValiação
25	7024832-20.2022.8.22.0001	JEFFERSON LUIZ ZARO X IRIA HENICKA	8ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
26	0003861-04.2007.4.01.4100	UNIÃO FEDERAL X FRANCISCO DAS CHAGAS VERAS CAETANO	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
27	7039487-94.2022.8.22.0001	GERALDO FERREIRA DE ARAUJO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	AValiação
28	5061308-42.2020.8.13.0024	ROCHA VIEIRA CONSTRUTORES LTDA - ME X CARLOS ANTONIO GOULART LEITE JUNIOR	6ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE/MG	CONTRATOS
29	3490629-77.2007.8.13.0079	CONSTRUTORA OAS LTDA X DAVID DE CASTRO	6ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	MINAS GERAIS	CONTAGEM/MG	CONTRATOS
30	0000626-30.2012.8.22.0009	CONS. REBOLO E FERREIRA LTDA X CONS. F. MENDES JR.	1ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ALVORADA D'OESTE/RO	CONTRATOS
31	0010646-55.2015.8.22.0002	XDAL CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA ME X SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	CONTRATOS
32	0010337-68.2014.8.22.0002	FRANCIELE AUGUSTO DE OLIVEIRA X ASSOCIAÇÃO DOS SEM TETO DE ARIQUEMES	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	CONTRATOS
33	7003921-71.2019.8.22.0007	CANAA INDUSTRIA DE LATICÍNIOS LTDAI X MUNICÍPIO DE CACAOAL	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	CACAOAL/RO	CONTRATOS
34	0002063-10.2013.8.22.0009	MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES X JACQUELINE FERREIRA GÓIS	1ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	COSTA MARQUES/RO	CONTRATOS
35	0005880-33.2014.4.01.4101	FARLEY DE OLIVEIRA XAVIER X CONSELHO REG. ENGENHARIA E AGRONOMIA	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	CONTRATOS
36	0000001-84.2017.4.01.4101	ILDEMAR KUSSLER X UNIÃO FEDERAL - JUSTIÇA FEDERAL	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	CONTRATOS
37	7000433-10.2016.8.22.0009	CCM – CONST. CENTRO MINAS LTDA X MUN. DE PIMENTA BUENO	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PIMENTA BUENO/RO	CONTRATOS
38	7005293-20.2017.8.22.0009	CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A X MUN. DE PIMENTA BUENO	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PIMENTA BUENO/RO	CONTRATOS
39	0015890-12.2008.8.22.0001	HIDRONORTE CONS. COMÉRCIO LTDA X MATERIAL BÁSICO DE CONST. RIO CANDEIAS LTDA	6ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
40	0009579-34.2010.8.22.0001	FERREIRA NAVARRO E RORIZ LTDA X PORTO VELHO SHOPPING	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
41	0014893-24.2011.8.22.0001	GUMA CONST. LTDA X GAFISA SPE OITENTA E CINCO EMPREEND. IMOB. LTDA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
42	7012056-95.2016.8.22.0001	SANTO ANTONIO ENERGIA S.A. X ALCIDES FERREIRA SILVA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
43	7012274-26.2016.8.22.0001	CONDOMÍNIO NORTE SUL X BRUNO DE ALCANTARA MOURAO	10ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
44	7043667-61.2019.8.22.0001	BRAZ PIRES DA LUZ FILHO X CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
45	7003572-52.2020.8.22.0001	MOACIR FERREIRA DE MORAES X COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
46	7012857-35.2021.8.22.0001	CLAUDINEIA AZEVEDO LINDOZO X COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
47	7030825-78.2021.8.22.0001	COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA (CAERD) X FABIO M. LOPES ALMEIDA	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
48	7026618-70.2020.8.22.0001	CONCREZON X DER/RO	2ª VARA FAZ. PÚBLICA	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	CONTRATOS
49	5002350-74.2017.8.13.0701	SERGIO MARCOS DE SOUZA X CYRELA EUROPA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	MINAS GERAIS	UBERABA/MG	CONTRATOS
50	7007107-98.2016.8.22.0010	CME - CONSORCIO MOSAICO-ESCALA X MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ROLIM DE MOURA/RO	CONTRATOS
51	7012816-41.2016.8.22.0002	BENEDITO DA MOTA MESSIAS X CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DANOS AMBIENTAIS
52	7013383-72.2016.8.22.0002	ADEMI MATIAS DE MELO X CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	1ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DANOS AMBIENTAIS
53	7016002-33.2020.8.22.0002	SANDRA GONCALVES COELHO X DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DN	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DANOS AMBIENTAIS
54	0021660-44.2012.8.22.0001	STANLEY JORGE MALONEY X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
55	0023347-91.2012.8.22.0001	MARIA FERREIRA DOS SANTOS ROSA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
56	0024348-76.2012.8.22.0001	DENILSA GONZAGA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
57	0011157-27.2013.8.22.0001	PAULO SÉRGIO LIMA TOMÉ X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
58	0015616-38.2014.8.22.0001	DILMA RAMOS BRITO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
59	0005258-77.2015.8.22.0001	JOÃO IRINEU ADEILINO MAIA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
60	0008720-42.2015.8.22.0001	MARLUZIA TEIXEIRA DOS SANTOS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
61	0010152-96.2015.8.22.0001	TANIA REGINA CASTOGNE CIPRIANO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
62	0010527-97.2015.8.22.0001	JOAO RICARDO DA ROCHA CAMPOS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
63	0012159-61.2015.8.22.0001	JUCICLEIA DE SOUZA DA COSTA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
64	7002722-71.2015.8.22.0001	EMILIO LEMOS LOPES X LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
65	7009196-58.2015.8.22.0001	BEATRIZ MARCIONILIO GOMES BEZERRA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
66	7018206-29.2015.8.22.0001	MARIA VIRENE VIANA VEIGA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
67	7018430-64.2015.8.22.0001	SILVIO CELIO DA COSTA DANTAS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
68	7018516-35.2015.8.22.0001	FRANCISCA GUOMAR DANTAS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
69	7019187-58.2015.8.22.0001	JURACY MOREIRA DA SILVA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
70	7021646-33.2015.8.22.0001	ANGELICA OLIVEIRA DOS SANTOS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
71	701389-90.2016.8.22.0001	VALDEMIR OVIDIO NEVES X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
72	7004489-13.2016.8.22.0001	DARCI TEIXEIRA DA SILVA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
73	7006266-33.2016.8.22.0001	JOSIMAR ALVES DOS PASSOS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
74	7012976-69.2016.8.22.0001	CLAUDIANE CRISTINA DE OLIVEIRA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
75	7016248-71.2016.8.22.0001	MARIA TEREZINHA MOTA DOS SANTOS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
76	7016730-19.2016.8.22.0001	SONIA PASSOS RODRIGUES X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
77	7016976-15.2016.8.22.0001	OSMAR VIEIRA DO NASCIMENTO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
78	7017175-37.2016.8.22.0001	LOURIVAL RAMOS NASCIMENTO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
79	7018103-85.2016.8.22.0001	FRANCISCA BRAGA DE ALBUQUERQUE X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
80	7018135-90.2016.8.22.0001	SUELI FERNANDES RIOS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
81	7018967-26.2016.8.22.0001	DOMINGOS GONCALVES BARROS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
82	7019100-68.2016.8.22.0001	PAULO GOMES BENTO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
83	7027708-55.2016.8.22.0001	SEBASTIANA PEREIRA DAMAZIO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
84	7031063-73.2016.8.22.0001	MARCIA NASCIMENTO OLIVEIRA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
85	7034183-27.2016.8.22.0001	CARMEN LUCIA SOUZA LIMA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
86	7037748-96.2016.8.22.0001	JOSE UELITON DA SILVA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
87	7040112-41.2016.8.22.0001	ANDREW VICTOR ABRAHAMSON X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
88	7041799-53.2016.8.22.0001	EDMILSON RAMOS DE FREITAS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
89	7041899-08.2016.8.22.0001	MANOEL DA SILVA PARENTE X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
90	7041967-55.2016.8.22.0001	ANTONIO SERGIO SEVALHO FERREIRA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
91	7042860-46.2016.8.22.0001	FLAVIANA MONTEIRO DE OLIVEIRA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
92	7044295-55.2016.8.22.0001	LUCIA GONCALVES DA SILVA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
93	7044669-71.2016.8.22.0001	ANAZELIA MATEUS DA SILVA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
94	7045780-90.2016.8.22.0001	ISMAEL BRAGA SOBRINHO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
95	7045795-59.2016.8.22.0001	DONEVAL BATISTA PINTO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
96	7045355-87.2016.8.22.0001	RUIZMAR MENDES BRITO X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
97	7056845-82.2016.8.22.0001	MARIA AUXILIADORA PEREIRA DOS SANTOS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
98	7058186-46.2016.8.22.0001	LUCIMAR SOARES DE ALMEIDA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
99	7060277-12.2016.8.22.0001	ELIGEANNE FURTADO SOARES X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
100	7062843-31.2016.8.22.0001	SAMAR FERREIRA LUIZ X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
101	7064296-61.2016.8.22.0001	MARIA NILCE NUNES COSTA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
102	7064812-81.2016.8.22.0001	ELIZIENE OLIVEIRA CAMPOS X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
103	7065025-87.2016.8.22.0001	CHRISTIANE PEREIRA DA SILVA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
104	0000033-08.2017.8.22.0001	ENILDA PESSOA DE ANDRADE X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
105	7000736-14.2017.8.22.0001	EDINALVA CUNHA DA COSTA X SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS

RELAÇÃO DE PERÍCIAS EXECUTADAS (Período 2008 - 2023)

Nº	PROCESSO	PARTES	VARA	JUSTIÇA	ESTADO	CIDADE	TIPO
106	7001812-73.2017.8.22.0001	ELENICE BRAGA REGIS X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
107	7001965-09.2017.8.22.0001	SALES VALENTE DA SILVA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
108	7001996-29.2017.8.22.0001	PEDRO FERREIRA LEITE X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
109	7002163-46.2017.8.22.0001	ANGELA MARIA DA SILVA MENDES X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
110	7002362-68.2017.8.22.0001	CLAUDEMIR DO NASCIMENTO BRITO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
111	7002414-64.2017.8.22.0001	PEDRO RIBEIRO DE OLIVEIRA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
112	7003054-67.2017.8.22.0001	JOSE DE ALMEIDA FILHO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
113	7003473-87.2017.8.22.0001	PAULINO DE SOUZA LIMA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
114	7003964-94.2017.8.22.0001	ANUAR DE OLIVEIRA BARRETO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
115	7005364-46.2017.8.22.0001	ANTONIA NUNES FERREIRA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
116	7007530-51.2017.8.22.0001	ROQUELANO QUEIROZ DE SOUZA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
117	7007699-38.2017.8.22.0001	JOSE MARIA FELICIO DOS SANTOS X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
118	7007860-48.2017.8.22.0001	NEOMEZIA ALMEIDA DE CRISTO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
119	7008181-83.2017.8.22.0001	FRANCISCO DO ROSARIO DANTAS X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
120	7008387-83.2017.8.22.0001	TERESINHA SOARES DA SILVA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
121	7008395-74.2017.8.22.0001	GENIVAL OLIVEIRA DE SOUZA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
122	7010445-73.2017.8.22.0001	IZALDI PEREIRA GONÇALVES X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
123	7011954-39.2017.8.22.0001	FRANCISCO REGIS X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
124	7012259-23.2017.8.22.0001	JOSE FRANCISCO VIANA BARROSO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
125	7016312-47.2017.8.22.0001	FRANCISCO FARIAS DOS SANTOS X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
126	7017440-05.2017.8.22.0001	ADEMIR LAURINDO RIBEIRO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
127	7018495-88.2017.8.22.0001	MARIA ALEXANDRA DE SOUZA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
128	7019502-18.2017.8.22.0001	ANTONIO FELIX DA SILVA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
129	7021263-84.2017.8.22.0001	ZEZITO BARBOSA DE MENDONÇA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
130	7021275-98.2017.8.22.0001	SEBASTIANA CABRAL BORGES MACHADO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
131	7022414-85.2017.8.22.0001	ALVERINA CABRAL BORGES X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
132	7023460-12.2017.8.22.0001	RAIMUNDO NONATO DA SILVA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
133	7028531-92.2017.8.22.0001	ROBERLANY PINTO BARROS X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
134	7032223-02.2017.8.22.0001	ELIANA DA SILVA SOUZA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
135	7034629-93.2017.8.22.0001	MARIA DAS GRACAS DO CARMO DE ARAUJO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
136	7045795-25.2017.8.22.0001	LEILA VALE DA SILVA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
137	7049785-24.2017.8.22.0001	JOSE MARQUES DA SILVA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
138	7021053-96.2018.8.22.0001	TANIA DOS SANTOS X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
139	7021078-12.2018.8.22.0001	EDMAR FERREIRA PEREIRA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
140	7044336-51.2018.8.22.0001	OSMIDIO MARTINS DA SILVA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
141	7051373-32.2018.8.22.0001	ZENAIDE MONTEIRO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
142	7018440-69.2019.8.22.0001	ANA AMELIA SILVA QUEIROZ X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
143	7021635-62.2019.8.22.0001	ALMIRO PEREIRA MAIA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
144	7012214-11.2020.8.22.0002	MUNICIPIO DE ARIQUEMES X LUCIANO TURATI POSSELT	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DANOS AMBIENTAIS
145	1014410-02.2020.4.01.4100	ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELU X IBAMA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	CAXIPE/RO	DANOS AMBIENTAIS
146	017890-72.2014.8.22.0001	JOSE ALVES X ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DANOS AMBIENTAIS
147	0714873-10.2019.8.07.0007	MARIA DIVINA DE OLIVEIRA X CÍCERO LUCAS DO CARMO	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	DISTRITO FEDERAL	TAGUATINGA/DF	DEMARCATÓRIA
148	5043571-94.2018.8.13.0024	MADALENA ALVES VIEIRA X VICTOR APARECIDO DE ALMEIDA BARBOSA	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE/MG	DEMARCATÓRIA
149	0115177-42.2008.8.22.0002	SATHIEL USINAS TERMOS E HIDROELÉTRICAS S/A. X ANTONIO FERREIRA DE CARVALHO	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DEMARCATÓRIA
150	7001105-05.2017.8.22.0002	MARCELO VIEIRA DE OLIVEIRA X SONIA REGINA DA SILVA	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DEMARCATÓRIA
151	7009881-86.2020.8.22.0002	JOSIAS RODRIGUES PEREIRA X RONALDO LUIZ CAVALHEIRO	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DEMARCATÓRIA
152	0011871-32.2014.8.22.0007	ADEIRDES VIEIRA CHIBA X MARIA HELENA VIEIRA	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	CACAOAL/RO	DEMARCATÓRIA
153	7002776-14.2018.8.22.0007	JUNIOR ABREU JORDANI X VALDECI NICÁRIO DA SILVA	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	CACAOAL/RO	DEMARCATÓRIA
154	0216457-25.2009.8.22.0001	RAIMUNDO GONÇALVES SOBRINHO X FRANCISCO DE ASSIS SOARES	6ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
155	0249298-73.2009.8.22.0001	JOÃO ROBERTO ARAÚJO X SEGURANÇA IMÓVEIS LTDA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
156	0007889-33.2013.8.22.0001	HABITAR CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA X IRINEU CARLOS DE ALMEIDA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
157	006147-42.2013.4.01.4100	UNIÃO FEDERAL X FELPE SANTOS ANDRADE	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
158	0008448-48.2015.8.22.0001	JOSE ALEXANDRE DA SILVA X ANTONIO MARCOLINO DA SILVA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
159	7006015-49.2015.8.22.0001	MARIA IRACY DO NASCIMENTO X CLAUDENOR FERREIRA BATISTA	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
160	7019082-81.2015.8.22.0001	PAULO FABIANO DO VALE X IGREJA DE CRISTO BETEL	4ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
161	1000618-83.2017.4.01.4100	RICARDO JUSTINIANO JR. X INST. NAC. COL. REF. AGRÁRIA - INCRA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
162	7013526-30.2017.8.22.0001	IPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA X LAÉRCIO DA SILVA LIMA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
163	7049832-95.2017.8.22.0001	FRANCISCO ALVES SOUZA X NÁSHO PEREIRA DA SILVA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
164	7044254-20.2018.8.22.0001	MARIA DAS DORES OLIVEIRA X BRUNO TICO DOS SANTOS	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
165	7007698-14.2021.8.22.0001	MARIA DE FATIMA ALVES X PAULO EMILIO COSTA SOEIRO	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
166	7014589-85.2020.8.22.0001	RICARDO ALVES FILHO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
167	0024421-48.2012.8.22.0001	JOAO BRITO PIMENTA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
168	7051711-98.2021.8.22.0001	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A X IND. COM. BEM. MADEIRAS GADITA LTDA	6ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DEMARCATÓRIA
169	0000987-63.2013.8.22.0011	DEPTO EST. ROD. TRANSP. EST./RO X JOAQUIM F. FILHO	1ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ALVORADA D'OESTE/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
170	0016947-86.2013.8.22.0002	CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. X VALDENIR TERLECKI FONSECA	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
171	0016953-93.2013.8.22.0001	CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. X WILSON CRISPIM AMARO	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
172	0016959-03.2013.8.22.0002	CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. X ESPERIDIÃO MENDES	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
173	0015402-44.2014.8.22.0002	CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. X ZEOLITA DE OLIVEIRA RAMOS	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
174	0016824-96.2010.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL X JOSÉ FERREIRA MAIA	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
175	0020261-48.2010.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL X RAIMUNDO ALVES CHAVES	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
176	0021166-53.2010.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X JÚLIA ALVES DA SILVA FERREIRA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
177	0022205-85.2010.8.22.0001	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. X WILSON DAMUSCI	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
178	0023181-92.2010.8.22.0001	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. X JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
179	0002752-70.2011.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X ALDENIZ BRIEL LOPES DA SILVA	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
180	0003683-73.2011.8.22.0001	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. X NUNES E PINHEIRO LTDA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
181	0005485-09.2011.8.22.0001	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. X EUZENI FERNANDES DE OLIVEIRA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
182	0005792-60.2011.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X MILTON FERREIRA DOS PASSOS	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
183	0006426-56.2011.8.22.0001	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. X ESPÓLIO DE ISAAC BENAÏON SABÁ	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
184	0007043-16.2011.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X VALDIR ARAÚJO GONÇALVES	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
185	0007049-23.2011.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL X IRACILDA LEAL	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
186	0007050-08.2011.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL X JOÃO GONÇALVES LEITE	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
187	0007511-77.2011.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X RAIMUNDA EUNICE DA SILVA	4ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
188	0008459-19.2011.8.22.0001	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. X HUGO DE MIRANDA SANDRES SOBRINHO	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
189	0024045-96.2011.8.22.0001	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. X MARLUSA FERREIRA MAIA DE SOUZA	6ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
190	0024191-40.2011.8.22.0001	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X JOÃO BATISTA SOARES	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
191	0005227-05.2012.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X ROBERTO CORREIA DA SILVA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
192	0011025-10.2013.4.01.4100	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. X ERICK IANINO ROCHA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
193	0003553-21.2014.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X GERALDA S. OLIVEIRA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
194	0004934-64.2014.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X DEIANIRA DE SOUZA TOZATTO	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
195	0005786-88.2014.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X WILLIAN MENDES	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
196	0007787-46.2014.4.01.4100	DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT X AUGUSTO BENITEZ CARVALHO	2ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
197	0007793-53.2014.4.01.4100	DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT X ZARELA M. CUZIRIMAR	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
198	0008319-20.2014.4.01.4100	DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT X PAULA C. S. BARROSO	2ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
199	0015430-55.2014.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X ELIAS DIVINO DE SOUZA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
200	0005835-95.2015.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X ANTONIO NASCIMENTO	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
201	0009866-61.2015.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X ESP. DE ANTONIO L. TEGONI	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
202	0012869-24.2015.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X ROBERTO DORNER	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
203	0002660-59.2016.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
204	1000386-71.2017.4.01.4100	DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT X JOSE P. SILVA	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
205	1000397-03.2017.4.01.4100	DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT X JOAO PAULO CECONELLO	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
206	1000398-85.2017.4.01.4100	DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT X ROSANGELA DENARDIN	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
207	0012872-76.2015.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X ROBERTO DORNER	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
208	705608-93.2016.8.22.0001	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. X SILVANO AVELINO DE OLIVEIRA	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
209	1002068-56.2020.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X ADELSON ALVES DA CUNHA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
210	703						

RELAÇÃO DE PERÍCIAS EXECUTADAS (Período 2008 - 2023)

Nº	PROCESSO	PARTES	VARA	JUSTIÇA	ESTADO	CIDADE	TIPO
211	7020938-70.2021.8.22.0001	DPTO. EST., ROD., INFRA. SERV. PÚBL. ESTADO DE RONDÔNIA - DER/RO X GEYSA V. PEIXOTO	1ª VARA FAZ. PÚBLICA	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
212	1003385-89.2020.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X ROBERTO CORREIA DA SILVA	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO DIRETA
213	0006785-95.2014.8.22.0002	ROMILDO CRISPIM AMARO X CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
214	7018369-64.2019.8.22.0002	BRUNO TIAGO SANTANA DOS SANTOS X CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
215	7003024-24.2020.8.22.0002	ERNESTO VOLPATO DOS SANTOS X CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
216	7015354-93.2020.8.22.0002	PAULO CESAR DE NORMANDES X CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
217	1000171-92.2017.4.01.4101	TERMAZA TER. M. A. LTDA X DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
218	0007897-73.2012.8.22.0001	BRUNO LEONARDO PAULINO NASCIMENTO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
219	0019691-91.2012.8.22.0001	TEREZINHA DIAS TAVARES X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
220	0025675-56.2012.8.22.0001	JADER LUÍS NUNES BEZERRA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
221	0002370-15.2014.4.01.4100	FRANCISCO Q. DO CARMO X DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
222	0012398-42.2014.4.01.4100	DERNICE CASTRO PASSOS X DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
223	7016705-40.2015.8.22.0001	ANTONIO APARECIDO LEITE X CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
224	7021477-12.2016.8.22.0001	KELI CRISTINA DE OLIVEIRA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
225	7038960-55.2016.8.22.0001	GELCI LOURDES DE OLIVEIRA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
226	7053277-24.2017.8.22.0001	ISAC RODRIGUES DA SILVA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
227	1001818-91.2018.4.01.4100	ROZENILDE DE BRITO LEITE ARAUJO X DEP. NACIONAL DE INFRA. TRANSP. - DNIT	1ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
228	7000034-34.2018.8.22.0001	VALDIVINO FERREIRA DE SOUZA X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
229	7015088-40.2018.8.22.0001	FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES DO CARMO X SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA
230	0011926-32.2013.8.22.0002	CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. X KENHYTI ISHITANI	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	SERVIDÃO
231	0015137-76.2013.8.22.0002	CANAÃ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. X AGROP. E REFORESTADORA PORTO FRANCO LTDA	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	SERVIDÃO
232	7010720-19.2011.8.22.0002	MARIA MARTINS DO CARMO X NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	SERVIDÃO
233	7009331-62.2018.8.22.0002	UMBERTO EUGENIO DELLA LIBERA X CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A CERON BRT	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	SERVIDÃO
234	7004896-74.2020.8.22.0002	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X ESTEVAO EVALDO RIBEIRO DE MORAIS	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	ARIQUEMES/RO	SERVIDÃO
235	0011554-81.2020.8.22.0021	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X BRENO CUPERTINO DE MORAES	VARA ÚNICA	ESTADUAL	RONDÔNIA	BURITIS/RO	SERVIDÃO
236	7000475-47.2021.8.22.0021	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X MARCOS YUTAKA UEDA	VARA ÚNICA	ESTADUAL	RONDÔNIA	BURITIS/RO	SERVIDÃO
237	7011839-69.2018.8.22.0005	ARGO III TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. X INDUSTRIA TRIANON DE RONDÔNIA LTDA	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	JI-PARANÁ/RO	SERVIDÃO
238	0010647-82.2011.8.22.0001	PORTO VELHO TRANSM. ENERGIA S.A. X KANINDÉ ASS. DE DEFESA ETNO AMBIENTAL	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
239	0016781-28.2011.8.22.0001	RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. X DOMINGOS SÁVIO ALVES FEITOSA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
240	0016913-95.2011.8.22.0001	RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. X MAURO DE CARVALHO	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
241	0017585-93.2011.8.22.0001	RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. X ANTÔNIO MARCOLINO DA SILVA	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
242	0017684-63.2011.8.22.0001	RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. X JOSÉ EDMILSON DE LIMA	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
243	0018404-93.2011.8.22.0001	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A. X LENIR CONCEIÇÃO DOS SANTOS	3ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
244	0018768-02.2011.8.22.0001	LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. X ITAMAR JOSÉ FÉLIX	5ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
245	0022146-29.2012.8.22.0001	INT. ELÉTRICA DO MADEIRA S.A. X INST. ADV. EDUC. E ASS. SOCIAL ESTE BRAS.	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
246	0022903-86.2013.8.22.0001	LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. X ANA FERREIRA PINTO	7ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
247	0000145-22.2014.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X JOAO CARLOS GONCALVES RIBEIRO	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
248	0013931-02.2015.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X INSTITUICAO ADVENTISTA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCI	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
249	0007545-19.2016.4.01.4100	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. X J DO VALE NETO EIREU - ME	5ª VARA CÍVEL	FEDERAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
250	7023443-39.2018.8.22.0001	INTERLIGACAO ELETRICA DO MADEIRA S/A X EDUARDO FRARI	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
251	7016578-29.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X FERNANDO MENONCIN	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
252	7021576-40.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X RITA DE CÁSSIA PEREIRA DA SILVA	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
253	7021580-77.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X CLAUDIONOR DE SOUZA MONTEIRO	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
254	7021599-83.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X TARCIO PEREIRA PIMENTEL	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
255	7021604-08.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X NIECIO CAMPANATI RIBEIRO	6ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
256	7021901-15.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X ALEXANDRE LEITE DE CARVALHO	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
257	7023758-96.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X ESPÓLIO DE IRINEU LUIZ MAZOCÇO	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
258	7027178-12.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X FRANCISCA DO ROSARIO CAVALCANTE	6ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
259	7027186-86.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X CLEIDE PORTUGAL FERREIRA	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
260	7027190-26.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X NEREU SEBASTIAO HAMUD	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
261	7015702-40.2021.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X JAMIR RODRIGO MENONCIN	6ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
262	7049568-73.2021.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X MARIA ISABEL M. R. ALENCAR DE OLIVEIRA	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
263	7004174-09.2021.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X CLEBIO BILLIANY DE MATTOS	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
264	7005437-76.2021.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X SEBASTIAO CRISTINO DE SOUZA	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
265	7048596-24.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X JOAO FELIX PEREIRA NETO	2ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO
266	7021611-97.2020.8.22.0001	ENERGISA RONDÔNIA DIST. DE ENERGIA S.A. X JULIANO AUGUSTO ZAMBONATTO	9ª VARA CÍVEL	ESTADUAL	RONDÔNIA	PORTO VELHO/RO	SERVIDÃO

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por
JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 11:58:41 -04'00'

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

O cargo para o qual o signatário infra é ora indicado, qual seja, a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, tem entre suas atribuições de maior relevo (i) a segurança ferroviária em áreas urbanas (solução de conflitos físicos) e (ii) a gestão do patrimônio ferroviário transferido da extinta RFFSA.

De se notar que para além de competências gerenciais em esfera administrativa, no âmbito estritamente técnico são requeridos 3 conhecimentos de maior especificidade: (i) transportes, (ii) obras civis e (iii) patrimônio.

Iniciando pela órbita de gestão e governança, para além da experiência no próprio setor público, ora como responsável técnico por empresa contratada para execução de obras públicas civis e de saneamento, ora como agente público à frente de coordenação e diretoria operacional em departamento de estradas de rodagem, e ainda como perito judicial e consultor, este profissional já reúne mais de 20 anos de experiência ininterrupta em gestão e contratos públicos.

Para além, é instrutor hodiernamente contratado por diversos órgãos da Administração para ministrar treinamentos exatamente na área de gestão e governança, notadamente no que versa por sobre contratos de obras públicas.

A atuação descrita no parágrafo anterior somente se revela possível em face ao extenso acervo técnico profissional, que conta com mais de 300 perícias de engenharia a serviço do Poder Judiciário, mais de 200 anotações de autoria/responsabilidade técnica relativas às obras públicas, e mais de 5000 avaliações patrimoniais de bens urbanos. Adicionalmente, o profissional passou a ser reconhecido como doutrinador na área de contratos públicos a partir da publicação do livro Engenharia Legal Aplicada ao Labirinto das Obras Públicas, o que lhe rendeu encomendas a bem de estruturar decisões no âmbito de entidades como o SESI/SP e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

Esse robusto arcabouço técnico culmina com o duplo reconhecimento de seus pares, que nos anos de 2019 e 2021 concederam menções honrosas no mais importante evento da Engenharia Legal em nosso país, o Congresso Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Para além, o profissional é presença constante no debate nacional das obras inacabadas e reequilíbrios contratuais, a exemplo do painel ministrado na FGV Conhecimento junto do Min. Benjamim Zymler do TCU, em 2022 (confira-se demais eventos no lattes).

Por tudo isso, o profissional é reconhecido pela comunidade da gestão e governança públicas como notório especialista nos temas, de forma revelar pleno atendimento aos requisitos de experiência, formação técnica e afinidade intelectual e moral para o cargo em destaque.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JOSE EDUARDO GUIDI

CPF: *Informações pessoais*

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:37:23 do dia 19/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/11/2023.

Código de controle da certidão: **7EB7.35D3.3DEC.5F66**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:53:01 -04'00'



Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: **20235300291910**
Código de Controle: **300291910**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: **Informações pessoais**
Nome ou Razão Social: **JOSE EDUARDO GUIDI**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data **NÃO CONSTAM** débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

Finalidade...: **INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO COMISSIONADO**
Emitida em.: **19/05/2023 16:39:22**
Validade.....: **17/08/2023**

Certidão emitida com base na Instrução Normativa Nº 12/2021/GAB/CRE

 Imprimir

Fechar Janela

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:53:27 -04'00'



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSE EDUARDO GUIDI**

Inscrição: **Informações pessoais**

Zona: **Informações pessoais**

Seção: **Informações pessoais**

Município: **Informações pessoais**

UF: RO

Data de nascimento: **Informações pessoais**

Domicílio desde: **Informações pessoais**

Filiação: - **Informações pessoais**

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): ENGENHEIRO

Certidão emitida às 17:41 em 19/05/2023

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

YWLD.XPBB.NDTC.WALQ

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:53:50 -04'00'



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 19/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

JOSE EDUARDO GUIDI

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.FHIQ.NYQL.OZBE.HC5D.V0TI**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:54:10 -04'00'

146



Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: **20235300291910**
Código de Controle: **300291910**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: **Informações pessoais**
Nome ou Razão Social: **JOSE EDUARDO GUIDI**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data **NÃO CONSTAM** débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

Finalidade...: **INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO COMISSIONADO**
Emitida em.: **19/05/2023 16:39:22**
Validade.....: **17/08/2023**

Certidão emitida com base na Instrução Normativa Nº 12/2021/GAB/CRE

 Imprimir

Fechar Janela

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:54:30 -04'00'



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)

1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 19/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

JOSE EDUARDO GUIDI

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.44BU.RIY3.BWFN.GA16.54R5**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

JOSE EDUARDO

GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:54:50 -04'00'



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 19/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

JOSE EDUARDO GUIDI

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.F84S.7DG9.Q87K.96BE.U226**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

JOSE EDUARDO

GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:55:23 -04'00'



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)

1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 19/05/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

JOSE EDUARDO GUIDI

Informações pessoais

(**Informações pessoais**)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/05/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.GCFB.00ZI.LJF7.UPEU.T7FJ**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

JOSE EDUARDO

GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:55:49 -04'00'



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

28819237/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

JOSE EDUARDO GUIDI

OU

CPF n. *Informações pessoais*

Certidão emitida em 19/05/2023, às 17:59:12 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 19/05/2023, às 06:03:38.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 28819237

Código de Validação: 3DF6 383B 5EC1 8AC5 A0EF 3AD5 9D4D 28E2

Data da Atualização: 19/05/2023, às 06:03:38



JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:56:11 -04'00'



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

28819255/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

JOSE EDUARDO GUIDI

OU

CPF n. *Informações pessoais*

Certidão emitida em 19/05/2023, às 18:00:38 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 19/05/2023, às 06:03:38.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 28819255

Código de Validação: EA8F 543A B35A 8FD0 8BDA F766 0F2D 806A

Data da Atualização: 19/05/2023, às 06:03:38



JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.30 10:56:38 -04'00'

Declaração vedação ao nepotismo – Art. 383, I, b, 1.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, **JOSÉ EDUARDO GUIDI**, declaro que não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, em cumprimento ao item 1 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 20 de maio de 2023.

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 10:33:09 -04'00'

JOSÉ EDUARDO GUIDI
CPF **Informações pessoais**

Declaração participação societária-Art. 383, I, b, 2.

DECLARAÇÃO

Para atendimento aos devidos fins, eu, **JOSÉ EDUARDO GUIDI**, declaro que não detenho nenhuma participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em cumprimento ao item 2 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Brasília, 20 de maio de 2023.

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 10:33:23 -04'00'

JOSÉ EDUARDO GUIDI
CPF **Informações pessoais**

Declaração regularidade fiscal-Art. 383, b, 3.

DECLARAÇÃO

Eu, **JOSÉ EDUARDO GUIDI**, brasileiro, natural de **Informações pessoais**, portador da Carteira de Identidade de nº **Informações pessoais**, expedida pela **Informações pessoa** e inscrito no CPF sob o nº **Informações pessoais**, DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 3 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não possuo pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital, conforme documentação em anexo.

Brasília, 20 de maio de 2023.

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 10:33:38 -04'00'

JOSÉ EDUARDO GUIDI
CPF **Informações pessoais**

Declaração ações judiciais-Art. 383, b, 4.

DECLARAÇÃO

Eu, **JOSÉ EDUARDO GUIDI**, brasileiro, natural de **Informações pessoais**, portador da Carteira de Identidade de nº **Informações pessoais**, expedida pela **Informações pessoais** e inscrito no CPF sob o nº **Informações pessoais**, DECLARO, para fins do disposto no artigo 383, I, “b”, 4, do Regimento Interno do Senado Federal, que figuro como autor ou réu nas seguintes ações judiciais.

0006985-58.2023.8.16.0001 (autor) – fase de conhecimento

7013567-21.2022.8.22.0001 (autor) – fase recursal em instância superior

7005675-61.2022.8.22.0001 (autor) – cumprimento de sentença

7002186-21.2019.8.22.0001 (réu) – cumprimento de sentença

7014212-80.2021.8.22.0001 (réu) – fase de conhecimento

0292500-43.2009.5.09.0024 (réu) – fase de execução

Brasília, 20 de maio de 2023.

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 10:33:51 -04'00'

JOSÉ EDUARDO GUIDI
CPF **Informações pessoais**

Declaração cargos-Art. 383, b, 5.

DECLARAÇÃO

Eu, **JOSÉ EDUARDO GUIDI**, brasileiro, natural de Informações pessoais, portador da Carteira de Identidade de nº Informações pessoais, expedida pela Informações pessoais e inscrito no CPF sob o nº Informações pessoais, DECLARO, para efeitos do atendimento ao disposto no Item 5 da alínea “b” do inciso I do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que, nos últimos 05 anos, exerci as seguintes funções descritas abaixo:

PERITO JUDICIAL no âmbito do TRF-1, TJRO, TJMT, TJMG e TJDF.

Brasília, 20 de maio de 2023.

JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE
EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 10:34:12 -04'00'

JOSÉ EDUARDO GUIDI
CPF Informações pessoais



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
Gabinete do Ministro

Este cadastro deve ser assinado e com rubrica em todas as páginas, escaneado em arquivo único juntamente com a documentação comprobatória das qualificações informadas nos itens 14 e 16.

CADASTRO DE INDICAÇÃO CONSELHO DIRETOR OU DA DIRETORIA COLEGIADA

Conformidade com o disposto no § 2º do art. 8º do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, com o Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, bem como com o constante da alínea a) do inciso I e, cumulativamente, o inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000.

Verificação dos requisitos e vedações legais exigidos para indicação para composição de lista de substituição do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das Agências reguladoras.

A. DADOS GERAIS

1. Nome completo: JOSÉ EDUARDO GUIDI		
2. CPF: <small>Informações pessoais</small>	3. Data Nascimento: <small>Informações pessoais</small>	4. Sexo: (<input checked="" type="checkbox"/>) M (<input type="checkbox"/>) F
5. Cargo efetivo: Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT		
6. Função comissionada: Diretor		7. Código da função: <small>Informações pessoais</small>
8. Telefone profissional: (69) 98112-9740	9. Telefone pessoal: <small>Informações pessoais</small>	
10. E-mail profissional: joseeduardoguidi@hotmail.com		
11. E-mail pessoal: <small>Informações pessoais</small>		
12. Agência à qual foi indicado: Ministério dos Transportes		

B. CRITÉRIOS/REQUISITOS (Incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 9.727/2019, inciso II do art. 5º, da Lei nº 9.986/2000) Necessidade de comprovação documental (itens 14 e 16)

13. possui idoneidade moral e reputação ilibada	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
14. Possui formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação?* (art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.986/2020)	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
<i>*Anexar cópia do diploma de graduação (frente e verso) e/ou cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação</i>	
15. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui: (art. 5º, inciso I, da Lei nº 9.986/2020)* (<input type="checkbox"/>) 10 (anos) no setor público ou privado, no campo de atividade da agência reguladora ou em área a ela conexas, em função de direção superior (<input checked="" type="checkbox"/>) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos: <ul style="list-style-type: none">- cargo de direção ou de chefia superior em empresa no campo de atividade da agência reguladora, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa; (Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019)- cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público; (Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019)- cargo de docente ou de pesquisador no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexa; ou (Incluído pela Lei nº 13.848, de 2019)	

(**x**) 10 (de 5) anos de experiência como profissional liberal no campo de atividade da agência reguladora ou em área conexas _____

**Apresentar como documentos comprobatórios*

16. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990?

a) é pessoa inalistável ou analfabeto?	() Sim (x) Não
----------------------------------------	--------------------------

<p>b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura?</p>	<p>() Sim (x) Não</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

<p>c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito?</p>	<p>() Sim (x) Não</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

<p>d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?</p>	<p>() Sim (x) Não</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

<p>e) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo?</p> <p>1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando</p>	<p>() Sim (x) Não</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() Sim (x) Não
-----------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------

<p>g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição?</p>	<p>() Sim (x) Não</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() Sim (x) Não
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------

<p>i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação?</p>	<p>() Sim (x) Não</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição?	() Sim (x) Não
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------

<p>k) foi Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura?</p>	<p>() Sim (x) Não</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

<p>l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio</p>	<p>() Sim (x) Não</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------

público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena?	159
m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário?	() Sim (X) Não
n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude?	() Sim (X) Não
o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário?	() Sim (X) Não
p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão?	() Sim (X) Não
q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() Sim (X) Não

C. VEDAÇÕES (Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, art. 8º-A)

17. é de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal, dirigente estatutário de partido político e titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados dos cargos?*	() Sim (X) Não
18. - atuou nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral?	() Sim (X) Não
19. exerce cargo em organização sindical?	() Sim (X) Não
20. participa direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela agência reguladora em que atuaria, ou que tenha matéria ou ato submetido à apreciação dessa agência reguladora?	() Sim (X) Não
21. enquadra nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990?	() Sim (X) Não
22. é membro de conselho ou de diretoria de associação, regional ou nacional, representativa de interesses patronais ou trabalhistas ligados às atividades reguladas pela respectiva agência?	() Sim (X) Não
*A vedação prevista no inciso I do caput estende-se também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas	

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie.

Brasília, 20 de maio de 2023

Local e data

JOSE EDUARDO GUIDI:02015425950

Assinado de forma digital por JOSE EDUARDO
GUIDI:02015425950
Dados: 2023.05.22 09:32:57 -04'00'

Assinatura do(a) Indicado(a)

SEST/ME: atualizado em 10/12/2019.



162

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Sexta-feira, 16 Junho 2023 - 10:50

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO: 68105/2023
DATA DE EMISSÃO: 16/06/2023 10:50:47

NOME: JOSÉ EDUARDO GUIDI
CNPJ/CPF: Informações pessoais
ENDEREÇO: Informações pessoais
BAIRRO: Informações pessoais

FINALIDADE: Fins de Direlto

A requerimento da parte interessada certificamos para os fins especificados que revendo os registros e arquivos desta secretaria municipal de fazenda, verificamos que não constam quaisquer débitos em aberto de tributos municipais até a presente data.

Ressalva-se, porém a secretaria municipal de fazenda, caso se constate futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha agravar o contribuinte acima, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Porto Velho, 16 de Junho de 2023

VALIDADE: 90 DIAS

Quinta-feira, 14 de Setembro de 2023

JOSE EDUARDO GUIDI:02015425950
Assinado de forma digital por JOSE EDUARDO GUIDI:02015425950
Dados: 2023.06.16 10:52:28 -04'00'

USUÁRIO: Portal Semfazonline

Esta certidão deverá ter sua autenticidade certificada no site
www.semfazonline.com - utilize a chave acima.